



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA -
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

ENGENHO MARANGUAPE: UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA

Melânia Gaudêncio Noya Forest

RECIFE

2006

Melânia Gaudêncio Noya Forest

ENGENHO MARANGUAPE: UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Preservação do Patrimônio Cultural da UFPE, Departamento de História como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Conservação do Patrimônio.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Alves de Oliveira

RECIFE
2005

Forest, Melânia Gaudêncio Noya
Engenho Maranguape : uma leitura arqueológica
/ Melânia Gaudêncio Noya Forest. – Recife : O Autor,
2006.

85 : il., fig., fotos, gráf., tab. e mapas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Mestrado em Arqueologia, 2006.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Arqueologia – Engenho Maranguape, PE. –
Moita. 2. Patrimônio arqueológico – Engenho
Maranguape, PE. I. Título.

902
930.1

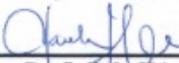
CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)

UFPE
BC2006-066

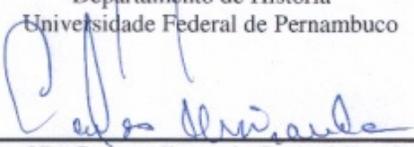
ENGENHO MARANGUAPE: UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA

Melânia Gaudêncio Noya Forest

Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Orientadora: Prof. Dr.ª Cláudia Alves de Oliveira.
Departamento de História
Universidade Federal de Pernambuco



Prof Dr. Carlos Alberto da Cunha Miranda
Departamento de História
Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dra. Gabriela Ávila Martin
Departamento de História
Universidade Federal de Pernambuco

Dissertação aprovada no dia 03 de Fevereiro de 2006

Aos meus filhos Rodrigo e Renata; a
minha família; meu neto Guilherme
Augusto; e aos amigos que me deram
força, especialmente a Tereza Simis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força necessária para concluir este trabalho de pesquisa.

Ao Prof. Dr. Armando Souto Maior pelo incentivo e apoio na minha vida profissional.

A Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Alves de Oliveira minha orientadora pela contribuição à minha formação acadêmica.

A Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Martin Ávila, minha gratidão pela dedicação e apoio para realização da prospecção arqueológica em Maranguape.

A todos os professores do Curso de Pós-graduação em Arqueologia – Conservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos funcionários, em especial a Luciane Borba, Carmem L. de Carvalho e Tony Macedo, pela disponibilidade dispensada.

Aos amigos Adison Sebá, Ana Paula Guedes, Daniele Luso, Fernando Guerra, Mércia Carrera, Tereza Simis, Valdeci dos Santos Jr. e Vera Menelau, amizades que resistem ao tempo.

Aos colegas que compartilharam da minha trajetória do mestrado, e em especial aos companheiros que fizeram parte da pesquisa arqueológica de campo e das análises: Ana Carolina Oliveira, Áurea Tavares, Carlos Rios, Demetrio Mutzemberg, Eduarda Freyre, Fabio Mafra, Guilherme Azevedo, Henrique Nelson da Silva, Isabel, Josângela de Jesus, Jeanne Gonçalves, Leandro Surya, Lívia Blandina, Marcellus Almeida, Paulo de Tarso, Rafael Saldanha, Sr. Raimundo, Vivian de Sena, Helano (RN), Marta (RN), em especial a Josilene Bezerra Batista pela inestimável colaboração no trabalho de laboratório e, a Viviane Castro.

Agradecimento à Prefeitura do Município do Paulista – Pernambuco, nas pessoas do Secretario de Turismo Sr. Márcio Fernando Rodrigues Souza, do Adjunto da Secretaria de Turismo Sr. Aroldo Tenório de Souza e de Maria Aparecida de Souza.

A FUNDARPE, que tornou possível o levantamento documental sobre Maranguape.

Ao historiador Tácito Luiz Galvão pelas informações orais e discursivas sobre Maranguape.

A Professora Marly Messeder Koblitz pela dedicação na revisão desse trabalho.

SUMÁRIO

Resumo.....	04
Abstract.....	05
Lista de Siglas.....	07
Lista de figuras.....	08
Agradecimentos.....	14
INTRODUÇÃO.....	14

PRIMEIRO CAPÍTULO

Considerações Teóricas

1.1. O Engenho e suas características

1. 1. 2 Evolução das técnicas produtivas dos Engenhos

1. 1.3. Edifícios do complexo açucareiro

1. 1. 4. Materiais de construção e os sistemas construtivos

SEGUNDO CAPÍTULO

Contexto Histórico do Brasil Colonial

2.1 A produção do açúcar no Brasil Colônia.	63
2.2 Capitâneas Hereditárias.	67
2.3 A Capitania de Pernambuco.	68
2.4 O Período Holandês em Pernambuco.	69

TERCEIRO CAPÍTULO	
O Engenho Maranguape uma propriedade rural?	71
3.1 Contexto Histórico	69
.....	
3.2 O Sítio Maranguape.....	
3.2.1 Aspectos Ambientais	
3.2.2 As Pesquisas de Campo	
3.2.3 Análise do material arqueológico	
3.3 Análise do Engenho Maranguape	
3.3.1 Configuração espacial das estruturas do Sítio Maranguape	
3.3.2 Técnicas Construtivas das ruínas e das estruturas do Engenho Maranguape	
3.3.3 Análise comparativa do conjunto das estruturas do Engenho Maranguape com os engenhos coloniais.	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS.	113
.....	
ANEXOS	
1.0 Plano geral da prospecção	
2.0 Locação da estrutura	
3.0 Artefatos	
4.0 Estruturas	
5.0 Configuração espacial dos engenhos coloniais.	

LISTA DE SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ANTT	Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IAHG	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Recife)
IPC - BA	Inventário do Patrimônio Cultural - BA

LISTA DE FIGURAS

PRIMEIRO CAPÍTULO

Figura 1	Pintura Frans Post.....	09
Figura 2	Pintura Frans Post.....	10
Figura 3	Moenda de rolos horizontais.....	12
Figura 4	Pintura Frans Post.....	13
Figura 5	Forma de pães.....	14
Figura 6	Roda d'água.....	15
Figura 7	Pintura Frans Post.....	18
Figura 8	Pintura Frans Post.....	20
Figura 9	Pintura Frans Post.....	21
Figura 10	Pintura Frans Post.....	21

LISTA DE FIGURAS

TERCEIRO CAPÍTULO

Figura 1	Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape.....	51
Figura 2	Casa Paroquial.....	51
Figura 3	Sítio Maranguape.....	52
Figura 4	Sítio Maranguape.....	53
Figura 5	Acesso do Sítio Maranguape.....	54
Figura 6	Trincheira.....	55
Figura 7	Quadricula.....	56
Figura 8	Cachimbo holandês.....	59
Figura 9	Moeda portuguesa.....	60
Figura 10	Estrutura circular.....	63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do Município do Paulista - PE	47
Mapa 2	Ortofotocarta do Engenho Maranguape	48
Mapa 3	Situação do Engenho Maranguape	50
Mapa 4	Croqui 1 do Engenho Maranguape	73

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Material de superfície	55
Tabela 2	Trincheira –I-Q- 1	57
Tabela 3	Trincheira –I-Q- 3	58
Tabela 4	Trincheira –I-Q- 8	59
Tabela 5	Trincheira –I-Q- 9	61
Tabela 6	Trincheira –II-Q- 1	61
Tabela 7	Trincheira –III-Q-1	62
Tabela 8	Trincheira – IV- Q- 1	63
Tabela 9	Frequência do material arqueológico	65
Tabela 10	Frequência do material identificados cerâmica neo-brasileira	66
Tabela 11	Frequência dos fragmentos identificados - louças	67
Tabela 12	Frequência dos tipos de decoração – faianças de uso interno	69
Tabela 13	Frequência dos tipos de decoração – faianças finas	70
Gráfico 1	Frequência do material arqueológico do Sítio Maranguape	65

RESUMO

O Engenho Maranguape, localizado no Município do Paulista, região Metropolitana do Recife, no estado de Pernambuco, faz parte de um contexto histórico de grande importância para a história do período colonial no Nordeste do Brasil. Nesta área foi localizado o Sítio Maranguape, onde se encontram estruturas arquitetônicas de uma possível moita ou casa-grande, já que esta área foi tombada pela FUNDARPE em 1987, como Engenho Maranguape. Neste estudo procurou-se compreender a organização dos espaços construídos, e se essas estruturas fazem parte de uma moita, segundo as exigências programáticas diretamente relacionadas à produção açucareira dos engenhos coloniais em Pernambuco. Para a realização desta pesquisa se sistematizou um quadro histórico analítico sobre o contexto dos séculos XVI e XVII, relativo a indústria açucareira, e através da Arqueologia Histórica procurou-se a sua reconstrução. Essas estruturas foram analisadas através de uma abordagem sistêmica, procurando compreender as relações dessa unidade funcional com as outras identificadas no Engenho Maranguape. A partir da pesquisa arqueológica, histórica e da análise espacial das unidades encontradas nessa área, chega-se a conclusão que essas estruturas poderiam ser da casa-grande do engenho Maranguape. Entretanto, a configuração espacial leva a identificar todo esse conjunto como uma grande propriedade rural.

Palavras chaves: Arqueologia – Engenho - Maranguape - Moita

ABSTRACT

The Maranguape Device, located in the City of the Paulista, region Metropolitan of Recife, in the state of Pernambuco, is part of a historical context of great importance for the history of the colonial period in the Northeast of the Brasil. There was located the Maranguape small farm, where if they find structures architectural of a possible house-great underbrush or, since this area was overthrown by the FUNDARPE in 1987, as Maranguape device. In this study it was looked to understand the organization of the constructed spaces, and if these structures are part of underbrush, according to programmatically requirements directly related to the sugar production of the colonial devices in Pernambuco. For accomplishment of this research if it systemizes an analytical historical picture on the context of centuries XVI and XVII, relative to the sugar industrial, and through Historical Archaeology I look its reconstruction to it. Taxe structures ad bebem analyzed through a systemic boarding, looking for to understand the relations of this functional unit with the identified others in the Maranguape device. From archaeological research, historical and of the space analysis of the units found in this area, it is arrived conclusion that these structures could be of the house-great one of the Maranguape device. However, the space configuration leads to identify this set all as a great country property.

Words keys: Archaeology - Device - Maranguape – Underbrush

INTRODUÇÃO

A herança cultural da produção do açúcar deixada em Pernambuco é sintetizada pelas construções, e ruínas das estruturas remanescentes dos engenhos coloniais. Estes são temas mais recorrentes de nossa historiografia, no sentido em que a Capitania de Pernambuco responde com o sucesso às expectativas econômicas da metrópole, e que aguçou o interesse holandês em conquistá-la.

Inserido no contexto histórico da Capitania de Pernambuco, encontra-se o objeto de interesse desta pesquisa, o Sítio Maranguape, que faz parte do denominado Engenho Maranguape, tombado pela FUNDARPE em 1987. De acordo com o registro de tombamento o Engenho Maranguape é composto pela Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape e a Casa Paroquial.

A partir das pesquisas arqueológicas realizadas através do projeto “Prospecções Arqueológicas na Sesmaria Jaguaribe”, foi localizado o “O Sítio Maranguape” em Maranguape I, no Município do Paulista/PE. Nesse Sítio foi encontrado as estruturas arquitetônicas¹ de uma possível Fábrica ou moita que fazia parte do complexo do Engenho Maranguape, tombado pela FUNDARPE, tema de debate nesse trabalho. Todo esse complexo se constitui, embora em estado de ruína, em patrimônio histórico cultural e ambiental, que remonta aos primeiros núcleos de povoamento no litoral Norte do Estado de Pernambuco.

A pesquisa histórica sobre essa área revelou dados contraditórios e polêmicos, sobre a origem e formação dessa propriedade. Segundo a historiografia, as terras onde hoje se encontra o Engenho Maranguape faziam parte de uma Sesmaria doada a Jerônimo de Albuquerque, pelo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, na metade do século XVI. Após a Restauração Pernambucana, essas terras teriam sido adquiridas por João Fernandes Vieira (1656), aos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo. Nesse período encontraram-se referências sobre essa área com a denominação de “Propriedade Maranguape”, e não como engenho o que é comum na documentação histórica quando se trata dos primeiros engenhos no período colonial.

¹ As estruturas evidenciadas foram registradas pelo IPHAN como Sítio Maranguape.

Em 1689, com o falecimento de Fernandes Vieira e, de sua mulher D. Maria César, a propriedade de Maranguape passa a pertencer a D. Maria Joana César, filha natural de Fernandes Vieira, casada com o Capitão - Mor Jerônimo de César Melo.

Entretanto, o depoimento do historiador Tácito Luiz Galvão², contesta a versão de que esta propriedade fizesse parte da Sesmaria doada a Jerônimo de Albuquerque, afirmando, serem essas terras parte da Sesmaria Jaguaribe, doada pelo donatário Duarte Coelho a Vasco Fernandes de Lucena em 1540.

Abstraindo o mérito da controvérsia sobre a origem desta propriedade, um fato intrigante é a existência de um vazio cronológico de informações historiográficas e oficiais entre 1540 até 1656, vindo esta propriedade ser mencionada, quando da sua aquisição em 1656 por Fernandes Vieira com o nome de Maranguape.³

Outro ponto contraditório, diz respeito à capela⁴ consagrada a N. S. dos Prazeres de Maranguape. Existem dúvidas quanto à data de sua construção e ao seu fundador. Nos documentos oficiais, João Fernandes Vieira ao adquirir a propriedade de Maranguape em 1656 construiu esta capela, como voto de agradecimento pela vitória dos luso-brasileiros sobre os holandeses. Segundo Galvão⁵, existe um documento no Arquivo Histórico do Rio de Janeiro, que contradiz este dado, informando da sua existência antes de 1626. Possivelmente, a capela já existisse, quando da compra da propriedade de Maranguape, podendo Fernandes Vieira ter feito uma ampliação e melhorias de acordo com a sua condição social.

No que já foi relatado, esse possível espaço produtor de açúcar, o denominado Engenho Maranguape, apresenta particularidades que o tornam interessante. A começar pelas contradições sobre a sua origem, até o fato desta propriedade rural ter sido tombada em nível Estadual como um engenho, quando a documentação textual existente na

² Historiador, autor do trabalho de pesquisa – O Processo da Formação do Município do Paulista. É colaborador do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHG.

³ A palavra MARANGUAPE não foi encontrada em nenhum dos documentos contidos no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, e nem é mencionada em qualquer documento; vindo a ser citada depois da Restauração da Capitania de Pernambuco.

⁴ A Capela N. S. dos Prazeres de Maranguape foi descoberta pelo 1º Distrito do IPHAN na década de 40 como patrimônio cultural. Em 1957 a capela foi destruída por um incêndio.

⁵ A versão sobre a data da Capela de N. S dos Prazeres de Maranguape; foi citada oralmente pelo historiador Tácito Galvão.

FUNDARPE, não faz nenhuma referência sobre a sua produção açucareira, e aos edifícios relacionados diretamente com esta atividade. Situação essa diferente, do que acontece, geralmente, com os outros engenhos inventariados e protegidos pelos órgãos competentes, cujos documentos textuais apresentam um quadro descritivo da configuração espacial do complexo de edifícios, que incluía Casa-grande, Capela, Fábrica ou moita e Senzala.

O objetivo central dessa pesquisa é estudar as estruturas existentes no Sítio Maranguape que poderiam ter sido uma Fábrica ou moita. A localização dessas estruturas nas proximidades da Igreja e da Casa Paroquial leva-se a um questionamento sobre a principal função dessa propriedade. Se definida como Engenho Maranguape, deveria encontrar os elementos caracterizadores de uma unidade produtiva açucareira do período colonial. Dessa forma, tendo já definido a Capela e a Casa Paroquial, o objetivo da pesquisa é o estudo das estruturas do Sítio Maranguape procurando definir a sua função. Faziam parte da Casa-grande ou da Fábrica/moita do engenho? Considerando o tombamento da FUNDARPE, e a denominação da área como “Engenho Maranguape”; trabalha-se com a hipótese de que as estruturas seriam da antiga moita que formavam o complexo de um dos remanescentes engenhos do século XVII.

Neste estudo procura-se ainda compreender a organização dos espaços construídos, e se as estruturas do Sítio Maranguape faziam parte da moita, definida pelas exigências programáticas diretamente relacionadas à produção dos engenhos dos séculos XVI e XVII em Pernambuco. Assim, pode-se trabalhar com a hipótese de que o denominado Engenho Maranguape era uma propriedade rural com outras atividades produtivas e não um engenho com a produção de açúcar.

Para responder as questões, considera-se o aspecto histórico, ambiental e cultural, a partir de uma perspectiva arqueológica e multidisciplinar.

Os procedimentos foram realizados de acordo com as seguintes etapas:

Partiu-se do levantamento dos dados históricos em fontes bibliográficas, arquivísticas e da documentação iconográfica e textual. Nessa pesquisa procurou-se identificar as atividades com a economia açucareira nos séculos XVI e XVII, priorizando a segunda

metade do século XVII, contexto em que a historiografia faz referências ao Engenho Maranguape.

Durante a prospecção arqueológica realizou-se o levantamento da área do Sítio através das técnicas utilizadas pela arqueologia. Neste sentido, efetuou-se o posicionamento com o GPS, o levantamento topográfico, delimitação das trincheiras de sondagens e escavação, sendo todo o processo registrado através de desenho e fotografia.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo é referente às considerações teóricas relacionadas à empresa açucareira denominada de “Engenho”. Buscou-se na documentação bibliográfica e iconográfica, compreender os espaços construídos no Engenho Maranguape. Dessa maneira, foi indispensável compreender a organização espacial das edificações, e as técnicas construtivas dos engenhos coloniais dos séculos XVI e XVII em Pernambuco.

No capítulo dois, contextualiza-se o período histórico do Brasil colônia; a introdução da produção açucareira até o contexto da ocupação e expulsão dos holandeses de Pernambuco, em recorte cronológico, onde se situa o objeto pesquisado.

O terceiro capítulo trata da descrição do Sítio Maranguape, apresentando o seu contexto histórico e as características ambientais; a pesquisa de campo e a análise do material arqueológico, procurando-se identificar a função das estruturas desse Sítio.

O quarto e último capítulo referem-se à leitura interpretativa das estruturas existentes no Sítio Maranguape; a partir dos dados obtidos na pesquisa arqueológica.

O resultado sobre a pesquisa será apresentado nas considerações final.

PRIMEIRO CAPÍTULO:

Considerações Teóricas

A arqueologia histórica no Brasil, no seu processo de desenvolvimento, foi vista de uma maneira geral como uma disciplina ou técnica a serviço de outras áreas de conhecimento como a História e a Arquitetura, não sendo observado o seu papel mais importante, o interpretativo. Nessa perspectiva a Arqueologia histórica procura contribuir de maneira significativa para a reconstrução e compreensão do nosso passado, utilizando-se de dados históricos, antropológicos e arquitetônicos, abrangendo desta forma o plano cultural e social. Investiga questões que resgatam a memória social e reinterpreta a História oficial.

Para o estudo do Sítio Maranguape⁶ foi necessário reconstruir o seu contexto cultural e histórico a partir da historiografia, da iconografia holandesa e ortofotocartas de alguns engenhos coloniais pernambucanos⁷ do mesmo período. Foram realizadas pesquisas na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE; no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHG; na Secretaria de Cultura, Turismo e Desportos da Prefeitura do Município do Paulista, entre outras instituições. Esse levantamento bibliográfico permitiu a formulação do problema e a hipótese desta pesquisa.

Neste estudo foram utilizadas algumas construções teórico-metodológicas trabalhadas por autores portugueses e brasileiros, existentes na literatura que remete ao período colonial no Brasil, servindo de embasamento para o estudo analítico e às interpretações históricas desenvolvidas nesse trabalho, as quais, aqui nomeamos.

Para a análise da configuração espacial do conjunto de edificações de um engenho colonial, os sistemas construtivos e a arquitetura; os estudos de Esterzilda Azevedo, Shirley Martins dos Santos, Geraldo Gomes e Ruy Gama foram fundamentais; como também, os relatos dos cronistas e viajantes que vieram ao Brasil, como André João Antonil (Andreoni), Gabriel Soares de Sousa e Koster que estiveram em Pernambuco.

⁶ MARANGUAPE – vocábulo indígena que significa “caminho do desordeiro” – “de marangá a pé caminho” - Ver Galvão (1980 p. 378 - 379).

⁷ Engenho Velho, Engenho Guerra, Engenho Barbalho, Engenho Novo e o Engenho Trapiche.

As obras de Pereira da Costa, José Gonsalves de Mello, Schwartz, Lippman, Marcos Albuquerque, Antônio de Barros Castro, Costa Porto e Virgínia Almoêdo, entre outros, forneceram o conhecimento quanto ao contexto histórico do período colonial brasileiro, permeando o espaço cronológico necessário ao entendimento do sistema colonial português.

Na categoria das fontes arqueológicas, tiveram por base os estudos de Charles Orser, Stanley South e Plácido Calli.

Uma das estratégias adotadas para fins de interpretação das estruturas existentes no Sítio Maranguape foram os procedimentos analíticos sobre a empresa açucareira denominada de "Engenho", com enfoque à organização espacial da implantação dos vários edifícios vinculados ao processo de produção do açúcar, e as técnicas construtivas, tomando como base, os períodos quinhentista e seiscentista no Nordeste do Brasil. A iconografia holandesa que retrata claramente a ambiência das propriedades rurais foi determinante para o embasamento da investigação da pesquisa Segundo Orser (1992, p. 52), "A informação pictórica fornecem detalhes sobre edificações industriais coloniais e sobre os trabalhos executados nesses lugares, exemplo Franz Post, no século XVII no Nordeste do Brasil".

Ainda, com Orser (1992, p. 27), os arqueólogos deveriam ser capazes de responder aos vários tipos de questões sobre um Sítio, à nível do conhecimento cultural sobre os habitantes (cultura e sociedade), como também fornecer dados que permitam compreender como o Sítio foi construído e por quanto tempo foi utilizado.

Analisando esse conceito, podemos encontrar as informações necessárias contidas nos registros de Frans Post, a principal fonte iconográfica sobre os engenhos do século XVII que retrata a implantação dos engenhos, o número e disposição das edificações que os compunham.

A propriedade de Maranguape como sítio arqueológico não pode ser desvinculada de uma complexa trama de relações que se manifestam como integrantes de um sistema bem mais complexo, o seu estudo vai além de sua qualidade memorável, investigado dentro de um

enfoque mais abrangente, no qual fazem parte diversos sistemas, dos quais, ele é uma de suas unidades funcionais.

Neste sentido, o aporte teórico utilizado para esta pesquisa, foi à abordagem sistêmica, porque, segundo Bertalanff (1973, p. 57), essa abordagem oferece um instrumental que permite identificar, ordenar, acompanhar e relacionar as peculiaridades dos diversos subsistemas de quaisquer objetos de estudo ou de uma sociedade. Sob esta ótica, podemos estudar suas características separadamente, e como cada parte interage com as demais em um todo coerente.

O corte temporal do estudo é dado com as mudanças ocorridas na Capitania de Pernambuco, em meados do século XVII, precisamente entre o período de 1654 - 1656, com a Restauração Pernambucana.

Deste modo, para entendermos a unidade funcional de nosso estudo, faz-se necessário o estabelecimento de homologias entre os dados existentes sobre engenhos coloniais que permitem analisar as estruturas do Sítio Maranguape.

A ciência expressa-se para que se compreenda a natureza dos fenômenos. A complexidade dos sistemas é simplificada nos modelos que os representam, como instrumento facilitador do seu funcionamento. Através de modelos podemos formular hipóteses sobre as relações entre as múltiplas variáveis que mais adiante, serão escolhidas para a confrontação.

Para Fontes (1997, p. 356), a utilização de modelos não garante a cientificidade do resultado, serve como elemento ordenador de variáveis; para estabelecer comparações e previsibilidade.

As semelhanças encontradas não ocorrem por acaso, uma vez que estes elementos são comuns ao enfoque sistêmico. Apenas reforçam a idéia central, de que os fenômenos sociais, econômicos, físicos, biológicos são sistêmicos e que este enfoque é uma das ferramentas disponíveis no método científico, para aumentar a compreensão isolada e interativa desses fenômenos; essa estrutura não serve como explicação teórica, a

utilizamos como método de trabalho, ou seja, ela possibilita a ordenação, no entanto, sem explicar o fenômeno, BERTALAMFF (1973).

1.1. O engenho e suas características gerais.

A maioria dos conceitos e definições sobre “Engenho” obtidos a partir da bibliografia relacionada ao tema está ligada ao procedimento da fabricação do açúcar⁸ nesse sentido, Gomes (1998, p. 23), cita que “Engenho” significava, até fins do século XIX, uma propriedade rural com cultura de cana e uma sede constituída de edifícios que serviam a fins diversos”.

Para Azevedo (1990, p. 35), “Engenho é uma propriedade rural com sede constituída de um complexo de edifícios: Casa-grande, Capela, Senzala e Fábrica ou moita, diretamente à produção do engenho”.

A empresa açucareira chamada de engenho era constituída de edifícios com finalidades diversas. Os edifícios mais importantes do engenho eram a fábrica ou moita onde se moia a cana e se cozinhava o seu caldo. Em um edifício contíguo ou próximo, ficava a casa de purgar, local do branqueamento do açúcar. A Casa-grande ou de vivenda, onde residia o proprietário, a Capela e a Senzala, moradia dos escravos.

As atividades produtivas, os espaços construídos e a organização espacial eram articulados, de modo a atender às necessidades para o funcionamento dos engenhos.

Quanto à localização dos engenhos, observa Gomes (1998, p. 23), que a implantação era determinada por alguns fatores, tais como: nas proximidades deveria haver plantações e florestas para a extração de madeira, combustível para as fornalhas; ter próximo um curso de água para o transporte e, principalmente, como fonte de energia. A distância dos índios, também era um fator observado. Os primeiros engenhos do século XVI e XVII, como não dispunham de uma defesa eficiente, tinham esse parâmetro como determinante na sua implantação.

⁸ No processo de produção do açúcar se distingui três sub-processos: moagem, cozimento e purgamento.

No que diz respeito à implantação dos edifícios do engenho ou a sua organização espacial no terreno GOMES (1998), faz referências às pinturas do pintor holandês Franz Post (1637-1644), na qual, a implantação dos principais edifícios se apresentava com características constantes.(Fig.1)

Como foi verificada, a iconografia holandesa do século XVII evidencia a constância na implantação dos edifícios. Assim, situada na parte mais alta do terreno a Casa-grande, possivelmente, pelo domínio visual das atividades pelo senhor do engenho, a Capela, podendo estar acima ou ao lado da casa-grande, representando o valor simbólico religioso; a fábrica ou moita, sempre na parte mais baixa facilitando o aproveitamento da água que deveria estar nas proximidades.

Figura 1

Pintura de Frans Post. Os quadros de Post demonstram a hierarquia dos edifícios



Fonte: Engenho & Arquitetura

Na mesma linha teórica, Azevedo (1990, p. 106), relata que a implantação desses edifícios na paisagem, quase sempre acidentada, observa geralmente a seguinte disposição: Casa grande e Capela no ponto mais elevado da topografia ou a meia-encosta, a cavaleiro das demais construções. A Fábrica e Casa de Purgar em nível mais baixo, em área plana quase sempre próximas a rio ou braço de mar; configuração constante nas pinturas dos engenhos de Post. A implantação privilegiada da Casa-grande permitia ao senhor de engenho um maior controle de sua prosperidade, e a afirmação de sua autoridade. A Capela, muito ligada e dependente da Casa-grande, ficava geralmente a seu

lado, na mesma cota altimétrica e, em alguns casos, em posição mais elevada, como símbolo a ser cultuado. A disposição destes edifícios era fundamental no sistema de controle social do engenho.(Fig.2).

Figura 2

Pintura de Post. Representa a moita implantada no nível mais baixo do terreno



Fonte: Engenho & Arquitetura

O arranjo dos edifícios sobre a topografia, a diversidade de materiais construtivos utilizados em cada um deles reflete a hierarquia social e o sistema de valores da sociedade canavieira. Afastados das demais, nos locais mais altos, ficavam a Casa-grande e a Capela, geralmente construídas por materiais nobres: pedra e cal, fazendo contra-ponto com as senzalas, as quais sempre em localização desprivilegiada, feitas em terra, madeira, cipó e palha. As senzalas dos séculos XVI, XVII, e XVIII não tinham um edifício específico. A Senzala⁹ propriamente dita, surge no século XIX como relata AZEVEDO (1990). Dos edifícios específicos de um engenho, a senzala é a única edificação que não aparece na iconografia holandesa com as características morfológicas citadas na literatura dos cronistas estrangeiros no século XIX.

A disposição espacial de um engenho reflete os requisitos organizacionais do estabelecimento. Segundo Gama, (1978, p. 19), “O espaço construído se subdivide para atender a divisão, à hierarquia e à disciplina do trabalho”.

9 Na iconografia holandesa, não aparece nenhum edifício que lembre as características morfológicas das senzalas referidas pelos cronistas estrangeiros no século XIX. Nas pinturas de Franz Post, aparecem casas cobertas com palhas no entorno dos edifícios do engenho.

Relata, Fernandes (1971, p. 104), que os engenhos, de um modo geral, não tinham todas as suas dependências em um mesmo nível. A diferença entre eles era proposital, de modo a aproveitar a gravidade na condução do caldo, da moenda ao assentamento e, também, para facilitar a localização das fornalhas sob os tachos.

A organização espacial das vários edifícios que caracterizam um engenho seicentista, não difere do que já foi exposto neste trabalho anteriormente, observa a seguinte disposição: casa e capela no ponto mais elevado da topografia ou a meia-encosta, a cavaleiro das demais construções; fábrica e casa de purgar em nível mais baixo em área plana, quase sempre próxima a rio ou braço de mar.

Segundo Santos (1995, p.107), “os espaços construídos obedeciam regras que sustentavam a condição do proprietário”. Regras estas, expressadas na organização das formas materiais, abrangendo os seguintes campos: o econômico, representado pela fábrica; o político, pela casa-grande; e o religioso, pelas capelas.

Ainda na direção de Santos (1995, p.107), sendo assim, as construções eram organizadas no espaço de modo que a capela ficasse à direita da casa-grande, quando construídas no mesmo nível topográfico, ou atrás da casa-grande, quando construídas em níveis topográficos diferentes, como no engenho Velho. A fábrica ficava sempre nos níveis mais baixos e na frente da casa-grande e da capela.

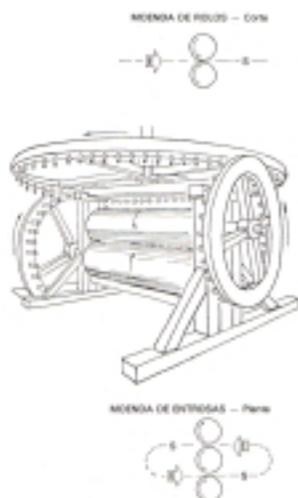
1.2. Evolução das técnicas produtivas dos Engenhos

Antes da chegada da cultura da cana no Brasil, a evolução do engenho passa por vários estágios em um constante aperfeiçoamento. A princípio a cana era prensada com as pedras verticais, movidas por trabalhadores, depois vieram às pedras horizontais. A pedra inferior era fixada e a superior movia-se por rotação; relata Fernandes, (1971, p. 22). As canas eram conduzidas, através, de uma abertura na pedra superior e pressionadas entre as duas partes.

O emprego dos cilindros na moagem da cana, conforme MARANHÃO (1955), foi uma técnica de origem oriental, e antes da chegada dos portugueses às Índias, já era utilizada (Fig.3).

Figura 3

Moenda de rolos horizontais, a qual chamava-se engenho de eixos.



Fonte: Engenho e Tecnologia.

Pouco tempo, depois de 1610 foi introduzido o engenho com três os cilindros verticais “rolos em pé”, cita Castro (1976, p. 6). Essa nova invenção permitiu uma dupla extração com o impulso de ambos os lados da máquina. Com o cilindro central, os dois externos eram movidos pela máquina, escreve Fernandes, (1971, p. 28). Esse aperfeiçoamento tecnológico era conhecido como “moendas de entrosas” e funcionou por todo o período colonial.(Fig. 3).

A moenda de eixos, nesse tipo de moagem, a cana não precisava ser reduzida a pedaços. Os eixos possuíam dentes que esmagavam a cana e esta era espremida mais uma vez em uma prensa (gangorra), foi a mais difundida nos nossos engenhos até princípios do século XIX, quando surge a moenda de entrosas. A moenda de entrosas, também conhecida como moenda vertical, de três rolos, ou moenda de palitos; possuía três cilindros engrenados, justapostos e dispostos verticalmente sobre uma mesa horizontal (mesa de moinho). Este tipo de moenda permanece sem alteração durante dois séculos: XVII e XVIII. Outros equipamentos, como o pilão e a mó, são raramente tratados, embora, Frei Vicente do Salvador, seja o único a fazer referência do seu emprego no Brasil. Sobre a

mó, no Brasil, além da moagem da cana, foi utilizada, no século XVIII, na fabricação de pólvora e da cal.

Os cilindros de moagem da cana a princípio eram movidos pela força escrava, depois, passaram a ser movidos por animais, no caso, os bois preferencialmente, e cavalos ou pela água. (Fig. 4)

Figura 4

Pintura de Frans Post. O trabalho escravo na moita.



Sobre o mesmo tópico, Castro (1976, p. 13) transcreve o que Marcgrave (1648, p. 13), relata como um engenho desse tipo era operado:

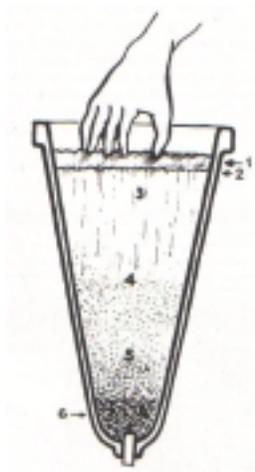
[...] Num dos lados, assistiam dois negros, que continuamente introduziam a cana nos eixos, os quais a arrebatam, comprimindo num estreito espaço, sendo necessário o serviço de um negro para tirar a cana prensada chamada bagaço. Este é carregado por dois outros negros para um certo lugar onde é acumulado.

Observa, ainda, Gama (1978, p. IX-2), sobre o assunto, que,

A introdução de rolos verticais, no início do século XVII, proporciona extraordinário aumento de produtividade, maior quantidade de caldo extraído e pela redução do número de trabalhadores necessários. A segunda alteração substancial da moenda ocorre no início do século XIX, com o uso de rolos (cilindros) horizontais.

Figura 5

Forma de pão de açúcar. Os números do desenho indicam: 2, camada de argila saturada de água; 3, açúcar branco ou de cabeça ou de cara de forma; 4, açúcar mascavo claro; 5, açúcar mascavo escuro; 6, açúcar escuro e úmido ou cabucho.



Fonte: Desenho de Hamilton Fernandes. Engenharia e tecnologia.

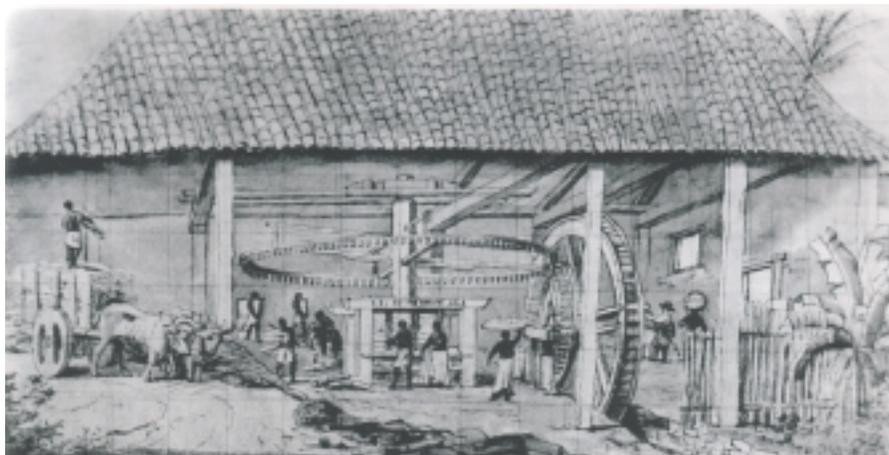
Existiam no Brasil dois tipos de engenhos benguê: os engenhos reais e os trapiches. Os engenhos reais movidos à água tinham uma produção que chegava a quatrocentos pães¹⁰ de açúcar (Fig.5), com um contingente de cento e cinquenta a duzentos escravos. Os mais antigos eram movidos pela correnteza, impulsionando a roda d'água por baixo (baixeiro). Um aperfeiçoamento dos séculos XVI e XVII foi o sistema de conduzir a água sobre a

¹⁰ PÃES: nome dado ao bloco de açúcar quando retirado das formas de secagem. As formas, em formato de um sino alongado, recebiam o açúcar cristalizado para o processo da purga ou limpeza. Por um furo na extremidade escorria um melado por 30 ou 40 dias. Só então o açúcar era retirado.

roda (copeiro), movendo-a como uma cachoeira. Essa inovação exigia um sítio inclinado e um sistema de construção mais complicado embora incrementasse o rendimento; escreve Antonil, (1976, ps. 71-72).

Figura 6

Pintura de Frans Post. Roda d'água de um Engenho de açúcar.



Fonte: Engenho & Arquitetura

Documentos portugueses do século XVI, e os holandeses do século XVII citam, que a maioria dos engenhos eram movidos a água (Fig. 6). A produção era expressa em arrobas¹¹, sendo uma arroba brasileira equivalente a 32 libras portuguesas ou 30 holandesas; relata Lippman (1941, p. 105). Na historiografia pesquisada, observou-se, que os engenhos reais tinham o dobro da produção dos trapiches.

Quanto às atividades e operações realizadas nos engenhos, João Antonio Andreoni¹² em 1711, no seu livro intitulado: *Cultura e Opulência no Brasil* sintetiza, as seqüências dessas operações, tomando como exemplo o Engenho Sergipe do Conde (BA), as quais são as seguintes:

- Limpeza prévia e preparação da cana;
- Moagem da cana (primeira passagem pela moenda; repasse do bagaço)

¹¹ ARROBA: Antiga unidade de peso ainda usada no Brasil, como medida de peso de produtos agropecuários, equivalente a 15 kg (Dicionário Aurélio).

¹² Andreoni adotou o pseudônimo de André João Antonil, viveu no Brasil de 1681 até 1716, quando faleceu na Bahia.

- Armazenamento do caldo;
- O cozimento, com as seguintes operações: limpeza do caldo cru, evaporação do caldo limpo; purificação do caldo evaporado; cozimento do caldo purificado; formação dos cristais de açúcar; batedura da massa para o enchimento das formas; enchimento das formas;
- Purga. Parte do mel e do material não-cristalizado escorria pelo furo existente na forma;
- Retirados das formas, os pães eram quebrados para separação das camadas de diferentes qualidades;
- Pesagem, repartição e encaixotamento.

No que se refere ao transporte era necessário uma elevada quantidade de carros de bois, tanto para o transporte da cana para a moenda, como também, para o transporte do açúcar dos engenhos até os pontos ultramarinos para embarque.

A respeito da mão-de-obra a princípio indígena e posteriormente a africana, era responsável pela construção dos engenhos, no preparo da terra para a lavoura de cana e produção do açúcar.

Descreve, Antonil (1976, p. 132), sobre o trabalho escravo nas moendas:

[...] Passados os quinze dias, dali mediante se pode barrear seguramente o que se faz deste modo. Cavam primeiro, as quatro escravas purgadeiras, com cavadores de ferro, no meio da cara forma [...] o açúcar já seco, e logo o tornam a igualar e entaipar muito bem, com macetes; botam-lhe, então, o primeiro barro [...] e com a palma da mão o estendem sobre toda a cara da forma, alto dos dedos. Ao segundo ou terceiro dia, botam em cima do mesmo barro meio reminhol, ou uma cuia e meia d'água [...] mexem levemente ao barro de sorte que, com os dedos, não cheguem a bulir na cara do açúcar. E a este beneficio chamam umedecer, borrifar e dar lavagens, ou também, dar umidades, e destas o primeiro barro não leva mais que uma, e está na forma seis dias, donde se tira já seco, e cava-se, outra vez o açúcar no meio, como se fez a princípio e antaipe-se; e, com a mesma diligência, se lhe bota o segundo barro, o qual está na forma quinze dias, e leva seis, sete e mais umidades, conforme a qualidade do açúcar.

1.3. Edifícios do complexo açucareiro.

Quanto aos principais edifícios que formava um engenho, iniciamos pela Fábrica ou moita, por se tratar da edificação de maior interesse da pesquisa. Esse espaço era destinado à fabricação do açúcar. Como se falou anteriormente, sob o mesmo teto deste edifício, normalmente se fazia a moagem da cana e se cozinhava o seu caldo. Num edifício contíguo ou próximo, a casa de purgar¹³, onde se fazia a cristalização e o branqueamento do açúcar.

No acervo retratado por Franz Post, observamos dois tipos de planta da área principal da fábrica ou moita. Um primeiro exemplar, com a planta baixa retangular e recoberta por telhado de duas ou quatro águas; o outro tipo em forma de “L”. Nessa mesma direção, Azevedo (1990, p. 127), descreve:

[...] Na parte mais larga do “L”, ficava a casa das caldeiras, recoberta por um telhado em pirâmide – que funcionava como coifa, com pequenas aberturas para o esgotamento da fumaça – e, na perna mais longa do “L”, a casa da moenda, sob telhado em duas ou três águas. Em ambos o tipo de planta aparece um telhado de meia-água, formando uma varanda anexa ‘a casa de caldeiras, onde ficavam escravos alimentando e abanando as bocas das fornalhas.

Segundo Azevedo (1990, p. 127),

A maioria das fábricas possuía o pé-direito¹⁴ bastante alto, com um único vão sustentado por tesouras de madeira que se apoiavam, em alguns casos, em mourões de madeira e, em outros, em alguns casos, em mourões de madeira e, em outros, em arcos abatidos, provavelmente de tijolos. Aparecem ainda engenhos onde as tesouras se apoiavam em aços plenos, em combinação com mourões de madeira. As casas de caldeira eram basicamente fechadas por paredes de taipa ou, à vezes, de tijolo, que ajudavam na sustentação das cobertas. As casas de caldeira eram geralmente fechadas por paredes de taipa ou, às vezes, de tijolo, que auxiliavam no suporte do telhado.

¹³ Durante três séculos não houve grandes modificações no processo de purgar.

¹⁴ Pé-Direito – medida entre o piso de uma edificação até a laje do outro piso ou ao ponto mais alto da cumeeira de uma coberta.

A moenda e as caldeiras eram sempre abrigadas em um mesmo teto, prática utilizada em Pernambuco até meados do século XIX.

O engenheiro francês Vouthier (1975, p.90), ao passar por Pernambuco, fez um levantamento da planta e de uma fachada de uma fábrica ou moita, observando que:

[...] o telhado é sustentado por pilares cujos intervalos não são fechados senão até dois metros de altura aproximadamente. Esses pilares de secção quadrada são em geral de tijolos e nas dimensões transversais correspondem a um tijolo colocado ao cumprido. Quanto aos enchimentos, são paredes de tijolos de 22 centímetros de espessura da espécie daquelas que chamamos de paredes singelas ou simples paredes de barro, feita à maneira de nossas construções de taipa e que resistem perfeitamente.

As fábricas ou moitas (fig. 7) que aparecem na iconografia holandesa, se mostram longitudinalmente, com uma média de oito vãos de pilares, dos quais três para as casas e as caldeiras, e o restante, ou seja, os outros cinco vãos à moenda. A casa de purgar e o acondicionamento do açúcar eram geralmente outro edifício próximo a fábrica.

Figura 7

Pintura de Frans Post. Fábrica sobre arcos de alvenaria de tijolos.



Fonte: Engenho & Arquitetura

Segundo o que foi pesquisado pelo IPAC-BA, através de levantamentos dos remanescentes engenhos do Recôncavo baiano, concluíram que as fábricas eram de um único vão, e teriam 32m de comprimento, e a largura era determinada pelo alcance das tesouras de madeira com variações entre 10,00m a 12,00m; possuindo assim, uma área média de 35,00m² (32m x 11m). Nesse tipo de engenho de um vão, esse espaço compreendia apenas as casa de caldeiras e as moendas.

Ainda segundo as fontes iconográficas retratadas por Post, as casas de purgar¹⁵ eram proporcionalmente menores que a fábrica, variavam em largura entre 4,0m e 12,0m. Nessas, casas o processo era demorado chegando, às vezes, até quarenta dias. Na verdade a casa de purgar era um reflexo da capacidade de produção do engenho.

Sobre aos edifícios de morar, a Casa-grande ou casa de vivenda era a habitação do proprietário do engenho. A edificação destinada aos escravos, a Senzala, esta é mencionada pelos cronistas e viajantes do século XIX, antes a esse período não existia um edifício específico, não obstante a presença de pequenas casas no entorno do engenho.

Caracterizando-se as edificações, as fontes descrevem que as casas-grandes mais comuns na obra de Post e outros pintores holandeses que estiveram em Pernambuco no governo de Nassau, (Fig. 8, Fig. 9 e Fig. 10), as casas são de planta quadrada ou retangular, com dois pavimentos e com as cobertas em quatro águas de telha canal¹⁶, nesse tipo de casa, o pavimento térreo era vazado parcialmente. O pavimento superior era suportado por pilares de madeira ou alvenaria. Neste pavimento funcionava a vivenda propriamente dita, enquanto que o andar térreo servia de depósito e apoio à produção podendo ter servido de quartos aos escravos que trabalhavam dentro da vivenda, GOMES (1998).

15 Nas casas de purgar o objetivo era clarear o açúcar e separar o mel do açúcar.

16 A telha tipo canal era feita em barro obtendo a forma curva, através da modelagem feita nas coxas dos escravos.

Figura 08

Pintura de Frans Post. Casa de vivenda de engenho em taipa.



Fonte: Engenho & Arquitetura

Koster (1978, p. 209), descreve uma casa-grande,

A residência do Capitão-mor é um vasto edifício assobradado. A parte baixa serve de armazém de açúcar e outros artigos que sua propriedade produz. Subimos por uma escada de madeira, construída no exterior do prédio, entrando para uma pequena ante-sala onde fomos recebidos pelo nosso hospedeiro e um dos seus filhos que nos conduziu a um espaçoso alojamento do outro lado.

Outra descrição de casa-grande feita por Tollenare (1978, p. 209),

Em geral a casa de vivenda é elevada sobre pilares: o porão serve de habitado e é nesse patamar que se toma refresco. Os aposentos não tem forro; o travejamento do teto está exposto e entre as suas extremidades e as paredes que o sustentam há um espaço livre de cinco polegadas para multiplicar as correntes de ar. As divisões interiores são feitas de simples tabiques de 9 a 10 pés, de sorte que todos os quartos tem por forro comum o teto.

Figura 9

Pintura de Frans Post. Casa de vivenda de engenho de alvenaria de pedra.



Fonte: Engenho & Arquitetura

Observa SMITH (1975) um outro tipo de Casa-grande que possuía o corpo principal, não diferente da descrita, não apresentando um outro elemento, a torre¹⁷, o que parece bastante comum nessa época. Solares torreados eram freqüentes no norte de Portugal, de onde veio a maioria dos colonizadores.

Figura 10

Pintura de Frans Post. Casa Grande em taipa com torre conjugada.



Fonte: Engenho & Arquitetura

17 No Regimento de Tomé de Sousa, já no século anterior, impunha como condição para implantar um engenho a proteção por meio de uma única torre ou casa forte- REGIMENTO de 17 de Dezembro de 1548 do Governador Geral do Brasil, p.53.

Sobre as capelas, morfologicamente são construções de planta retangular recobertas por telhados de duas águas, sem torres e na grande maioria com copiar¹⁸ na fachada. O programa era simples, constituindo-se, basicamente de nave, capela-mor, sacristia e coro. Os alpendres e galerias laterais surgem somente em alguns tipos.

1.4. Os materiais de construção e sistemas construtivos.

Os sistemas construtivos, como os materiais de construção, foram adotados de acordo com a função de cada edifício. As primeiras construções apresentam-se todas em taipa de sopapo ou taipa de pilão; técnicas de construção rápida, cuja matéria prima (madeira e barro) era abundante na colônia. Os mestres portugueses conheciam as técnicas da taipa de pau-a-pique e pilão, e de alvenaria de pedra ou tijolo.

Em Pernambuco, os materiais disponíveis para construções, foram: a pedra de cantaria, tirada dos arrecifes; os tijolos; fabricados muito antes da invasão holandesa, na olaria dos engenhos; muita madeira; a pedra de lioz, que os portugueses traziam de Portugal nos lastros dos navios; e a cal.

Segundo Gomes (1998, p.27), “a taipa de pau-a-pique foi o sistema construtivo mais usado nas casas-grandes e nas senzalas por todo o período colonial e imperial”. A taipa de pilão é uma construção de barro mais sólida, técnica originária da península Ibérica, e do norte da África. São técnicas de parede de terra socada, com uma espessura de sessenta a oitenta centímetros de largura.

Vauthier (1960, p. 39), relata o seguinte sobre os tijolos:

O tijolo que é utilizado para as paredes externas tem em geral grandes dimensões. Dão-lhe 44 centímetros de comprimento por 22 de largura e 6 a 7 de espessura. Esses tijolos são freqüentemente mal feitos; a argila é mal desembaraçada dos cascalhos mais grossos e a queima não é de maneira alguma satisfatória.

18 Copiar é uma pequena cobertura que prende a nave de uma capela ou igreja. Embora o termo seja de origem indígena, alpendres semelhantes, utilizados na arquitetura portuguesa, anterior às conquistas de suas colônias. Sobre o assunto ver SAIA, Luis. “Alpendres nas capelas brasileiras” In: Revista do SPHAN, Rio de Janeiro, 1939, n°3.

Os tijolos fabricados para os pisos eram chamados de ladrilho. As dimensões menores que os fabricados para fazer paredes. Tinham um tamanho médio de 0,22m de comprimento, por 0,11m de largura e 0,03 de espessura. Para a sua fabricação era usado um barro de melhor qualidade, e a queima era mais perfeita, apresentando uma das suas faces lisa.

As argamassas usadas nas construções variavam em sua composição. Podendo ser: a areia com cal, o barro com cal, óleo de baleia para dar liga, o próprio melaço com o barro. Também se usava o barro diluído na água para substituir a argamassa, essa mistura de água e barro, era aplicada para unir tijolos, e misturar o pó de tijolo à areia.

Sobre o sistema construtivo das casas-grandes, em geral as paredes em taipa de pau-a-pique, alvenaria de tijolos ou adobe, coberta em telha de barro, em quatro águas, sobre estrutura de madeira. Além dessas características, as casas tinham varandas entaladas no meio da fachada principal do pavimento superior ou em uma de suas extremidades; como foi dito, o pavimento térreo totalmente vazado ou parcialmente e com escada lateral.

As casas-grandes de engenho em taipa tinham um patamar suspenso do chão (moradia), e a parte térrea era usada como depósito. Estas casas eram erguidas sobre esteios de madeira, sobre os quais colocava-se o piso. As paredes fechadas com taipa recebiam o emboço de cal.

A partir da segunda metade do século XVI, já são freqüentes casas de pedra e cal. Cardim (1925, p. 308), relata “boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha”.

Sobre a construção da casa-grande, Vauthier (1975, p. 87), descreve,

O modo de construção também nem sempre é o mesmo. Embora o tijolo tenha sempre preferência, muitas vezes encontram-se paredes de pedra argamassada com barro, até a altura do primeiro andar, e freqüentemente também paredes de pau-a-pique. Outras vezes a escada externa em lugar de ser de pedra, como aqui, é de madeira, bem como a galeria mais ou

menos espaçosa à qual conduz e que é sempre coberta por um prolongamento do telhado.

As fábricas e casas-grandes de senhores de engenho ricos, o sistema construtivo mais empregado era a alvenaria de tijolos maciços¹⁹. O uso da pedra nesse edifício era quase sempre de forma irregular, ligada a outras similares para formar um todo.

Os materiais construtivos das fábricas ou moitas eram os mesmos utilizados desde o século XVI. Os tijolos para os pilares e paredes, a cobertura feita de estrutura de madeira, recoberta com telhas de barro tipo canal. Raramente se encontrava alvenaria de pedra nos trechos de paredes compreendidos entre os pilares de tijolos. Os pisos sempre em terra batida.

Ainda, sobre a fábrica ou moita, estas tinham uma grande cobertura de madeira (tesouras), sustentada por pilares de tijolos modulados, com o fechamento, entre eles, de no máximo de dois metros de altura. Esses pilares teriam seção quadrada, em geral de tijolos e com as dimensões transversais correspondentes a um tijolo colocado ao comprimento. As paredes também de tijolos, com vinte centímetros de espessura, VAUTHIER (1960).

No que se refere às capelas, com raras exceções, todos os engenhos possuíam uma. Pelo fato de receberem um tratamento construtivo e decorativo mais apurado que a arquitetura civil, possuindo alvenarias de pedra ou de tijolo, não foi constatando nenhuma construção de taipa que sobrevivera ao tempo. Outro fator que garantiu sua sobrevivência foi o seu uso social continuado, não apenas pela população dos engenhos como também por toda vizinhança.

¹⁹ Não havia um padrão único para as dimensões dos tijolos que às vezes assumiam tamanhos incomuns, geralmente, tendo em média 0,40m de comprimento, 0,20m de largura, por 0,10m de espessura.

SEGUNDO CAPÍTULO

Contexto Histórico do Brasil Colonial.

2.1. A Produção do açúcar no Brasil colônia.

A introdução do açúcar implicou em grande desenvolvimento transformações. Com a cultura da cana de açúcar, veio também a tecnologia dos engenhos com características avançadas para aquele tempo, relata, Castro (1976, p. 54).

O açúcar foi fator determinante para o estabelecimento da colônia. Sobretudo, tornando-se o principal produto de comércio na Europa, gerando lucro superior a todas as outras atividades na colônia. Com isso, implanta-se no Brasil uma ordem social e territorial.

Os portugueses, ao contrário dos espanhóis, não encontraram logo de início as minas de metais preciosos. Em virtude disso, para não perder a posse das terras americanas, utilizaram o sistema de colonização com base agrícola. A cultura açucareira já era praticada nas suas ilhas Atlânticas, cuja distribuição na Europa foi concedida à Holanda, quebrando o monopólio veneziano. Descreve, Lippman (1941, p. 33), “O Governo português cuidou sempre em atrair esses ricos empresários e afasta-los de Veneza”.

Segundo Azevedo (1948, p. 97), “a cana de açúcar (*Saccharum Officinarum*) é um desses numerosos empréstimos agrícolas tomados do Oriente pelos países mediterrâneos”. Provavelmente, originária da Indo China, cultivada no tempo imemorable no extremo Oriente, transportada a Pérsia, segundo reza a tradição, por Alexandre Magno, foi levada pelos árabes às margens do Mediterrâneo e às suas ilhas, donde chegou afinal do Atlântico. A cana que foi introduzida em 1502 e aclimada no Brasil pelos portugueses, desde o primeiro século de nossa colonização proveio das ilhas do Atlântico e, especialmente, da ilha da Madeira.

Em 1516, o Rei D. Manoel desejava introduzir o cultivo de cana e a tecnologia de produção do açúcar no Brasil. Cordeiro (1949, p. 13), escreve que naquele mesmo ano, D. Manoel, além de machados, enxadas e outras ferramentas, enviou à colônia, um homem

prático e capaz, com as instruções para instalar um engenho de açúcar, mandando fornecer-lhe ferro, cobre e mais todo o material necessário para a construção.

Na mesma direção, Azevedo (1990, p. 24), escreve que “a liberdade de produção, estímulo e a proteção oficial da Coroa portuguesa, favoreceram a implantação e desenvolvimento da agroindústria açucareira no século XVI”. Entretanto, a iniciativa privada foi responsável pela introdução da tecnologia dos engenhos, como também, da mão de obra escrava.

Segundo Furtado (1979, p. 16), o sucesso da produção açucareira, nesse século, está ligado a uma série de fatos. O primeiro deles é o monopólio de Portugal sobre a produção e comercialização de produtos tropicais no mercado europeu, viabilizado pela associação a capitais holandeses especializados no comércio intra-europeu.

O aumento da produção do açúcar no Brasil, no final do século XVI, veio acompanhado de um grande aumento da importação de escravos africanos. A escravidão não era um fenômeno novo. Os portugueses tinham experiência em Madeira e São Tomé.

No caso da Capitania de Pernambuco, a necessidade de mão de obra, conduziu a princípio um desgaste entre portugueses e os nativos, visto as tentativas de aprisionamento e escravização dos indígenas para o trabalho escravo na indústria do açúcar. Daí, a utilização do comércio negreiro. Na maior parte da literatura a respeito da fabricação do açúcar nos engenhos associa-se, no Brasil e nas Américas, à escravidão.

O aumento da produção do açúcar no Brasil, no final do século XVI, veio acompanhado de um grande aumento da importação de escravos africanos.

Efetivamente, a agroindústria requeria um contingente grande da mão de obra, o que incluía mão de obra qualificada. Mão de obra que atendessem as empresas produtoras de açúcar, e aqueles menos abastados, que não podendo ter um engenho, faziam a atividade de plantar a cana que era processada nos engenhos.

Em todo o Brasil, os engenhos trabalhavam noite e dia, sete dias por semana. As terríveis condições de trabalho e a constante falta de segurança eram escritas por muitos cronistas viajantes.

Narra, Antonil (1976, p 89), “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazendo, nem ter engenho corrente”.

Antonil (1976, p. 112), ainda relata o seguinte sobre a moenda, lugar onde o escravo estava em constante perigo,

[...] “O lugar de maior perigo que há é o da moenda porque, se por desgraça, a escrava que mete a cana entre os eixos, ou por força de sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a possar moída entre os eixos, se lhe não cortarem logo a mão ou o braço apanhado [...]. E este perigo é ainda maior no tempo da noite, em que se mói igualmente como de dia”

Em troca de seu trabalho, os escravos recebiam comida e religião. ANTONIL (1976).

Diferentemente do século anterior, no século XVII, os portugueses enfrentaram alguns períodos de crise, entre eles, o ano de 1630, quando os holandeses ocupam Olinda, capital da Capitania de Pernambuco, a maior produtora de açúcar. A luta prosseguiu até 1637, com grande destruição de canaviais e engenhos. “Acrescentou-se a essas perdas o confisco, pelos holandeses, de 66 engenhos abandonados por proprietários portugueses”; cita Schwartz (1988, p.74).

Do mesmo modo, Varenhgen (1978, p. 29/68), relata a crise açucareira em Pernambuco, causada pelos conflitos existentes entre os colonos portugueses e os flamengos no mesmo período (1637), citando:

[...] Embora muitos deles fossem vendidos a seguir a outros residentes portugueses ou a senhores de engenho holandeses, o resultado global da luta e do confisco foi um drástico declínio da produção açucareira em Pernambuco.

Nas fontes bibliográficas, lidas em sua integridade ou parcialmente, cujo teor foram os séculos XVI e XVII, não encontramos contradições quanto ao declínio da produção do açúcar e a destruição de muitos engenhos, com a ocupação holandesa. A capacidade produtiva de Pernambuco é seriamente prejudicada, o que leva, nesse período a ascensão da Bahia na produção de açúcar. Segundo dados de Vilhena (1969, p. 569/72), “o potencial produtivo de Pernambuco era estimado em 15 a 20 mil caixas de açúcar por ano, mas mesmo em um período de relativo de paz (1640-45), a capitania mal produziu sete mil caixas”.

Durante todo o período colonial o açúcar foi o principal produto de exportação, situação que perdurou até o século XIX. A exploração do açúcar no Brasil é um exemplo do verdadeiro motivo da colonização da Coroa Portuguesa nas Américas.

No final do século XVIII, o Haiti desenvolvera técnicas de produção do açúcar, o que causou a perda de colocação de principal fornecedor do mercado internacional. Com a independência do Haiti em 1804, desponta nesse país um período de instabilidade política, o que altera sua posição de exportador de açúcar no mercado internacional.

A indústria açucareira nordestina constituiu-se, durante o período colonial, mais precisamente até fins do século XVII, na principal fonte de divisas do antigo sistema colonial. A concorrência açucareira Antilhana colocou em cheque a economia colonial brasileira, salva pela descoberta de ouro em Minas Gerais, no fim do século XVII.

O desenvolvimento dessa indústria de açúcar formou, no Brasil, uma camada Senhorial, onde a posse da terra conferia ao senhor de engenho distinção, honra e status no meio rural e urbano.

2.2. Capitánias Hereditárias

A ocupação do território brasileiro não ocorreu numa imediata ação por seu descobrimento em 1500. Mercadores de outras nações européias freqüentavam a costa do Brasil para estabelecer o comércio do pau-brasil com os nativos. Feitorias²⁰ foram estabelecidas estrategicamente. Entretanto, as constantes investidas estrangeiras ao longo da costa brasileira, levam D. João III, a instalar um sistema de povoamento custeado pela iniciativa privada, o qual tinha como base o antigo sistema de sesmarias, vigente em terras portuguesas. Segundo Costa Porto (1965, p. 37),

[...] A o introduzir na colônia o sistema donatário, determinou el-Rei D. João III aos capitães dessem terras de sesmaria, na forma que se contém na minha Ordenação, vale dizer, mandava transplantar para o novo mundo o mesmo ordenamento excogitado para o Reino, nos tempos de D. Fernando, fórmula de resto natural: como no Reino e para resolver o problema do solo inulto, o Soberano ordenava fossem as terras da conquista repartidas entre os moradores, - de sesmaria- adotando a velha terminologia de 1375.

Já não bastava, portanto, a constante vigilância de Cristóvão Jacques, admirável em suas façanhas de guarda-costas. A posse da terra somente seria garantida por núcleos de povoamento que mantivessem pelo menos um relativo contato entre a nova colônia e a Metrópole.

O recurso de povoamento e colonização adotado pela coroa portuguesa no território brasileiro; o sistema de Capitánias Hereditárias²¹ foi uma solução tradicional da colonização do antigo império português, relata MERÊA (1924), sistema utilizado anteriormente para colonização das ilhas atlânticas de sua extensão ultramarina – Madeira, Açores e Cabo Verde. A zona Atlântica da expansão do império português experimentou a colonização agrícola. Schwartz (1988, p. 24), relata que “a Coroa Portuguesa, assim, na ocupação e exploração das ilhas do Atlântico, não teve apenas

20 As Feitorias eram pouco mais que postos de armazenamento dos produtos de troca com os nativos; uma estrutura fortificada que pudesse defender-se das pilhagens dos corsários, um ponto de contato mais permanente com a terra, um posto avançado para iniciar-se o reconhecimento do interior.

21 Capitánias Hereditárias correspondem a grandes parcelas concedidas pelo rei a alguns homens de sua confiança, que por mérito de suas ações recebiam o privilégio de representá-lo nas novas terras.

lucros; adquiriu uma vasta experiência na indústria do fabrico do açúcar; para os lavradores com o pleito do cultivo da cana em grande escala”.

As terras da América que coube a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas eram vastas e, a Coroa Portuguesa precisava garantir a posse e exploração sobre elas; para tanto, serviram-se da experiência das ilhas Atlânticas; já que, o solo e clima brasileiro, eram favoráveis a cultura da cana e, os portugueses dispunham da tecnologia do fabrico do açúcar.

A produção e o comércio do açúcar voltado para o mercado mundial, foi o objetivo da lógica do mercantilismo português na colônia americana.

Com a instalação do sistema de Capitânicas Hereditárias no Brasil, o território brasileiro foi dividido em 12 Capitânicas, divididas em quinze lotes, perfazendo um total de 735 léguas de costa.

Este sistema implantou-se efetivamente no Brasil em 1534, quando, por Carta de Doação, D. João III fez a doação da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho. Em Gama (1977, p. 43), encontramos,

[...] e fôr de minha conquista, na qual terra pela sobredita demarcação lhe assi faço Duação, e mercê, de juro, e de herdade para todo sempre como dito he, e quero, e me apraz que o dito Duarte Coelho, e todos seus herdeiros, e sucessores que a dita terra herdarem, e subsederem se possam chamar Capitaens, e Governadores della diante, e isto com tal clareza que fica com o dito Duarte Coelho a terra da banda sul, e o dito rio onde Cristóvão Jaques fez a primeira caza de minha Feitoria, e a cinquenta passos da dita caza da Feitoria pelo rio a dentro.

O processo sistemático de ocupação do solo brasileiro formalizou-se com os documentos reais: Cartas de Doação e Forais, instrumentos jurídicos que regiam o sistema de Capitânicas Hereditárias. No primeiro, o rei declarava títulos de propriedade de territórios na forma de capitania e, o direito que o donatário tinha de promover o povoamento, conquistar novas áreas, defender a terra da ação dos corsários, e das tentativas de

ocupação por parte de outros povos. O segundo era uma espécie de código tributário que estabelecia os impostos, como também, determinava direitos e deveres do donatário.

Praticamente, nesses dois documentos, o rei abria mão de sua soberania e conferia aos donatários poderes amplos, pois aos donatários cabia a responsabilidade de povoar e desenvolver a terra à própria custa. O regime de Capitânicas Hereditárias desse modo, transferia para a iniciativa privada a tarefa de colonizar o Brasil. Entretanto, a concessão da Capitania não dava ao donatário o poder de propriedade do solo colonial, este, permaneceria propriedade da Coroa portuguesa.

Costa Porto (1965, p. 24-25), afirma que em relação ao solo (durante o regime das Capitânicas hereditárias) esse continuará constituindo patrimônio do Estado, pertencente à Nação, encarada no soberano, que, empenhado em promover o povoamento e a colonização da conquista, determina aos capitães o repartam e distribuam de sesmaria entre os moradores, gratuitamente, etc.

As condições do Brasil eram muito diversas das Ilhas Atlânticas anteriormente colonizadas pelo império português. A área territorial brasileira muito extensa e a presença indígena tornavam as iniciativas dos donatários muito arriscadas. Estes dispunham de grandes poderes e autonomia, mas também precisavam mobilizar os recursos necessários para levar a empresa avante. E foram poucos os que conseguiram fazê-lo com o sucesso. Apenas a Capitania de São Vicente, atribuída a Martim Afonso de Souza, e a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho, realmente prosperaram. Nas demais, possivelmente os esforços dos donatários fracassaram, ou foram insuficientes para contornar os obstáculos que encontraram.

No que diz respeito à doação de um território constituído em Capitania era uma faculdade que pertencia ao rei, isso, conforme as Ordenações Manuelinas:

“Senhor de todos os direitos que a ela são inerentes: jurisdição civil e crime, rios, portos, portagens, pescarias, marinha de sal, imposições em tempo de guerra, minas, bens dos sentenciados por crime de heresia ou lesa-majestade”.

As doações da Coroa portuguesa na forma de Capitânicas Hereditárias regeram-se pelos princípios consignados nas Ordenações, ou seja, de natureza remuneratória.

A doação destes bens não se fez por mera liberalidade, mas sob certo modo e para certo fim, por isso a sua natureza é sempre remuneratória, e atende, para todo o sempre, aos bons serviços do Donatário e seus sucessores. Não sendo o Rei senhor, mas administrador dos bens públicos, segue-se que não os pode doar arbitrariamente. Logo para que esta doação seja justa, importa que em todo o sempre concorram bons serviços.

O sistema de colonização português era o aproveitamento da terra, isto é, distribuição de terras forras e sem pensão alguma aos colonos, como já o tinha sido antes para as Capitânicas nas Ilhas Atlânticas em 1493 por D. João I. Este sistema foi transplantado para o Brasil. O aproveitamento e a distribuição do solo colonial era uma das principais obrigações conferidas aos donatários das capitânicas hereditárias pela Coroa Portuguesa, sistema de distribuição de terras por Sesmarias²². Um sistema produtivo, que não apenas justificasse os gastos com a manutenção da colônia e a busca do ouro, mas que efetivamente produzisse lucros através do açúcar, um mercado em ascensão, ainda aberto.

As terras não eram concedidas a todos os colonos que as quisessem, visto que a posse das sesmarias não era imediata, sua confirmação dependia do resultado obtido após alguns anos de produção. A posse da terra estava vinculada aos atributos de nobreza, cujo apoio estava nas relações políticas, religiosas e comerciais mantidas com a Coroa Portuguesa.

A aplicação desse sistema no Brasil era uma forma de promover o povoamento, já que aqui, as terras eram vagas, sem proprietários; habitadas por indígenas que não compreendiam o sentido de propriedade. Esse processo organizado de povoamento seria um meio de acabar com a ociosidade das terras.

A Carta de Doação conferida ao donatário da Capitania de Pernambuco Duarte Coelho, trazia expressa a ordenação de fundar engenhos de açúcar, vilas, adentrar pelo interior a procura de ouro, propagar o cristianismo e promover o povoamento da terra.

22 Uma Sesmaria tinha em média de uma a quatro léguas (entre 6 e 24 quilômetros).

As terras eram dadas com a condição de serem aproveitadas em um determinado prazo de tempo, caso contrário, retornariam ao senhor de origem, a Coroa, e para tanto as Ordenações determinavam:

[...] E em qualquer caso que os sesmeiros dêem sesmarias, assinem sempre termo aos que as derem, ao mais de cinco anos e daí para baixo, que as lavrem e aproveitem [...] ²³

As preceituações das Ordenações estabeleciam que não se dessem “maiores terras a uma pessoa as que razoavelmente parecer que poderão aproveitar”.²⁴ Na distribuição da terra esse preceito deveria ser cumprido.

Segundo, Guimarães, (1977, p. 53), a condição social do agraciado, era fator decisivo no regime das doações de terras [...] “Não nos parece que tenha jamais passado pela mente da Coroa portuguesa colocar a terra nas mãos dos homens do povo, o que sempre foi desaconselhado pelo espírito da época” [...].

O tamanho das concessões de terras em sesmarias era diretamente proporcional com o que podia investir o agraciado. A escolha dos agraciados com as Capitânicas Hereditárias, exigia mais que bons serviços prestados ao rei, os donatários deveriam ser homens com os recursos suficientes para custear os gastos de sua atividade de proprietário de grandes terras.

A Coroa portuguesa com esse sistema buscava implantar bases para um assentamento permanente, dentro dos seus padrões. Quando da vinda de Duarte da Costa para Pernambuco, traz consigo toda a sua família, configurando um detalhe de sua permanência na Capitania.

O estabelecimento das Capitânicas e a implantação do seu principal objetivo a indústria açucareira requeriam mão-de-obra especializada, não só do fabrico do açúcar, mas capacidade de construir o conjunto de edificios necessários a um engenho de açúcar.

23 A. N. T. T., Chancelaria de D. João II, Livro 7, fl. 182v-183v.

24 Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67; Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 43.

O problema da mão de obra para as unidades de produção persistia, a estratégia utilizada pelos portugueses, foi a de tirar proveito da animosidade entre os nativos, auxiliando alguns grupos com os armamentos e, com o resultado dos conflitos entre os nativos, os vencidos seriam transformados em escravos, ou seja, como mão de obra.

De acordo com Schwartz (1988, p. 7); “senhores de engenho dependiam do trabalho indígena como força de trabalho na produção do açúcar, visto que, não dispunham de capital e crédito no dispendioso tráfico de escravos africanos”.

Os custos com a instalação dos engenhos eram altos o que impossibilitava aos colonos adquirir escravos trazidos da África, que faz a escravidão negra não ser utilizada em grande escala no início da colonização, sendo aproveitado o trabalho dos nativos; também a importação de escravos negros requeria autorização da Coroa.

Sobre a mão-de-obra indígena nos engenhos, Albuquerque e Lucena (1997, p. 31), diz o seguinte:

[...] Embora mais tarde tenham sido imputados muitos inconvenientes ao trabalho indígena, o funcionamento dos primeiros engenhos, provavelmente teve por base a escravidão indígena, pelo menos no que se refere às atividades agrícolas.

Schwartz (1988, p. 47), diz que “Em Pernambuco e na Bahia, assim como em outras capitâneas, os colonos conseguiam escravos índios resgatando-os de outros aborígenes, de quem eram prisioneiros de guerra. Contudo, mais comuns eram os ataques dos portugueses com o propósito específico de obter escravos”.

Não obstante os conflitos entre os colonizadores portugueses e os índios, o trabalho indígena foi amplamente utilizado no processo de montagem da economia açucareira. À medida que essa economia começou a se expandir, ampliou-se a necessidade da mão-de-obra permanente e escrava.

A solução para esse problema, que obstruía os interesses dos colonos, como também, da burguesia comercial metropolitana, foi o tráfico negreiro que articulou os interesses de ambos.

Relata Albuquerque e Lucena (1997, p. 36), que nos primeiros anos, as primeiras safras e, exportação de açúcar, é muito provável que tenham dependido, fundamentalmente, da mão de obra nativa. Entretanto, outros fatores levariam a sua gradual, mas rápida substituição pela mão de obra escrava, trazida da África.

No Brasil, o regime das Capitanias Hereditárias teve um curto período, substituído pelo Governo Geral, entretanto, o sistema sesmarial perdurou, e a autoridade de Duarte Coelho, donatário da capitania de Pernambuco permaneceu após 1654, com a retirada dos holandeses do território pernambucano.

Em 1548, diante do fracasso das Capitanias, a Coroa portuguesa decidiu tomar medidas concretas para viabilizar a colonização. Naquele ano foi criado o Governo-Geral com a base em um instrumento jurídico denominado Regimento de Tomé de Sousa. O objetivo da criação do governo-geral era o de centralizar política e administrativamente a colônia, mas sem a supressão definitiva do regime das Capitanias. Entretanto, o Sistema de distribuição de Sesmarias adotado, marcou efetivamente o início da colonização portuguesa no território brasileiro.

Com o primeiro governador geral Tomé de Sousa (1549-1553), vieram todos os funcionários necessários à administração e também os primeiros Jesuítas²⁵ comandados pelo padre Manoel da Nóbrega, relata, Albuquerque (1995, p. 145), começava, então, a obra evangelizadora dos indígenas e, em 1551 criava-se em Salvador o primeiro bispado no Brasil, sendo D. Pero Fernandes Sardinha o primeiro bispo. Com o segundo governador geral viria ainda outro contingente de jesuítas, entre eles, o padre José de Anchieta.

25 Com os Jesuítas, o rei não era contrário à escravidão, concordou que a escravidão se limitasse aos índios hostis e inimigos aprisionados em guerra justa. Os índios aliados eram declarados livres e os cristianizados não podiam ser escravizados.

Apesar de representar diretamente a Coroa, algumas capitâneas relutaram em acatar a autoridade do governador geral tais como as de Porto Seguro, Espírito Santo, Ilhéus, São Vicente e Pernambuco. Esta última, de Duarte Coelho, foi a que mais se ressentiu da intromissão do governo geral. Recusando a autoridade do governador geral por sentir-se ameaçado, tanto autonomia de seu governo, como também, na preservação dos seus privilégios; o donatário de Pernambuco apelou para o rei, que o favoreceu reafirmando a sua autonomia.

2.3. A Capitania de Pernambuco

Em 1534, por Carta de Doação, o Capitão Duarte Coelho é agraciado pelo terceiro rei de Portugal, D. João III, com a Capitania de Pernambuco.

Segundo Almoêdo (2001, p. 16), Pernambuco como Capitania em termos numéricos ocupou os anos entre 1535 e 1716, marcados na metrópole pelo reinado de dez monarcas²⁶ e na sua Capitania por apenas quatro donatários: Duarte Coelho, Duarte Coelho de Albuquerque, Jorge de Albuquerque e Duarte de Albuquerque Coelho, o último por linha direta de sucessão.

Após um ano (1535) de agraciado com a doação das terras, Duarte Coelho acompanhado de sua comitiva, composta de familiares, parentes e amigos, adentra pela barra sul do canal de Itamaracá, no rio Santa Cruz a cima, desembarcando em um lugar onde estava instalada a feitoria²⁷ régia criada por Cristóvão Jacques (1516), e ali tomou posse de sua Capitania.

Como relata Oliveira Lima (1975, p. 11); “O donatário levantou nas imediações dos lugares, onde se tinham erguido as antigas feitorias de Cristóvão Jacques, as primeiras vilas do seu feudo – Olinda e Igarau separadas cinco léguas uma da outra.”

26 Foram reis de Portugal no período citado, D. João III (1521-1557); d. Sebastião (1557-1578); D. Henrique (1578-1580); Filipe I (1580-1598); Filipe II (1598-1621); Filipe III (1621-1640); D. João IV (1640-1656); D. Afonso VI (1656-1683); D. Pedro II (1683-1706) e D. João V (1706-1750).

35Feitorias que a princípio serviam como armazéns para se estocar e embarcar o pau-brasil e que transformou com o tempo em postos comerciais.

A Carta de Doação que concedia a Duarte Coelho a administração da Capitania de Pernambuco, trazia expressa determinação de que ali promovesse a fundação de engenhos de açúcar. Constava também, a faculdade de fundar Vilas.

A transcrição da Carta de doação de D. João III

“Por si e todos seus sucessores possam fazer vilas todas e quaisquer povoações que se na dita terra fizerem e lhes a eles parecer que o devam ser as quais se chamarão vilas e terão termo e jurisdição liberdades e insígnias de vilas segundo foro e costume dos meus reinos”²⁸

Em 27 de setembro de 1535, dia dos Santos Cosme e Damião, Duarte Coelho ordena a fundação de uma vila que ficou conhecida como Santa Cruz, as margens do rio Igaráçu, na qual ergueu-se uma capela em homenagem aos ditos santos. Hoje a mais antiga Vila de Santa Cruz de Santos Cosme e Damião é denominada Igaráçu,²⁹ como também, a de Nossa Senhora da Conceição, atual Vila de Itamaracá. Também intituladas vilas: Olinda em 1537, Goiana em 1570 e Porto Calvo 1575. No Brasil até 1650, foram criadas 31 vilas, das quais, sete vilas foram criadas em Pernambuco.

Contida a situação de conflito entre os índios (se Tabajara ou Caeté) e os portugueses em torno do rio Igaráçu, Duarte Coelho investe na exploração das terras ao sul e, contornando o litoral, um local apropriado para instalar a Sede de sua Capitania. Uma colina de pouca elevação, próxima do mar e de um braço de rio, localidade conhecida pelos nativos como Marim. Desapropriando os índios nativos dessa colina, ergueu “uma torre de pedra e cal”, escreve, Jabotão (1979, p.137-38), para defesa contra os nativos, construindo um palácio, igreja e etc. Esta vila deu Duarte Coelho, o nome de Nova Luzitânia.

“Foy Duarte Coelho recebido dos Tupinambás (que assim se chamavão os Gentios que habitavão este monte, e suas ribeiras) com demonstrações gratas,

28 Carta de Doação de Duarte Coelho, Évora, 10 de março de 1534. A. N. T. T, Chancelaria de D. João III, Livro 7, fl. 83-85.

29 Na linguagem nativa significava canoa grande.

respondendo elles o contentamento a grandeza do beneficio para que os enviava o Capitão Mor, offerecendo-se-lhes companheiros, se invadidos de outras nações, necessitassem da assistência das nossas armas. Como os nossos foram tratados do mayoral com mimos de hospedes, e os mais com agasalho de companheiros, pode sem contradição levantar Duarte Coelho hua torre ou castello de Pedra e cal (de que ainda aparecem ruínas), para nelle viver com a sua família, e ao pé delle hua povoação em que assistisse a sua gente”³⁰.

O donatário Duarte Coelho dirigiu pessoalmente o povoamento e desenvolvimento da capitania. Conforme Schwartz (1988, p. 33),

[...] As relações com os nativos da região foram facilitados por uma série de uniões entre índias e colonos, entre os quais estava Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário. Tais laços pessoais mostraram-se valiosíssimos mais tarde, quando os portugueses precisam repelir a resistência organizada dos indígenas. Duarte Coelho trabalhou ativamente em defesa de seus interesses de proprietário, atentando em especial para os alicerces econômicos de seus domínios.

Em Olinda instala a sede da Capitania e através do Foral em 12 de março de 1537, demarca suas terras e reservas partes dela como bem comum. As vilas de Olinda e Santa Cruz (Igaraçu) são delimitadas, ficando as terras para o sul com o termo Olinda e, as do rio Doce, que se chama Paratibe, para o norte com o termo de Santa Cruz. Esse Foral é o primeiro documento oficial de delimitação entre duas vilas criadas até aquele momento.

Instalada a sede da capitania, Duarte Coelho inicia a doação de terras para promover o povoamento. A primeira das sesmarias doadas, data de 24 de julho de 1540³¹ ao feitor e almoxarife da fazenda real Vasco Fernandes de Lucena, Cavaleiro da Casa Real. Esta sesmaria tinha uma légua de terras ao comprido por uma légua de terra de largura, situada ao norte de Olinda, no Jaguaribe; cabendo ao dito Vasco um quarto desta terra, e o restante, um quarto para cada um dos seus filhos: Clara Fernandes, Francisco Fernandes e

30 LEITE, S. História Colonial, vol. III, p. 314, apud COSTA PORTO, op. cit., 66.

31 Livro do Tombo do Mosteiro de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, vol. XLI, 1948, P.287.

Sebastião Fernandes. Nesta terra Vasco Fernandes implantou uma fábrica de açúcar a qual denominou de Engenho Jaguaribe. Esta sesmaria é a única encontrada lavrada pelo donatário Duarte Coelho³².

Muitas outras terras da capitania foram doadas e, com isso, possivelmente, a notícia das doações tenha chegado a Portugal, visto que, nos anos subseqüentes vários pessoas começaram a vir para esta capitania, implantando fábricas de açúcar e vivendas para suas moradias, o que acarretou a colonização e desenvolvimento econômico de Pernambuco, qualificando esta capitania como a mais próspera no sistema de capitanias hereditárias implantadas no Brasil.

Gabriel Soares de Sousa (1971, p. 58-59), dizia:

[...] É tão poderosa esta capitania que há nela, mais de cem homens que tem de mil até cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruzados .Desta terra saíram muitos homens ricos para estes reinos que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cinqüenta navios carregados de açúcar e pau-brasil, o qual é o mais fino que se acha em toda a costa [...].

A Capitania de Pernambuco em 1580 era a principal região produtora de açúcar no Brasil, contando com 66 engenhos moentes, relata Gomes (1998, p. 9). Um Jesuíta, o padre Jácome Monteiro, na sua Relação da Província do Brasil, em 1610 registra que Pernambuco tinha 120 engenhos”.

“A Capitania de Pernambuco representava um pólo colonial de interesse da metrópole. Era a mais próspera, a mais povoada, e com uma produção açucareira regular e com investimentos pessoais realizados por Duarte Coelho. Em 1580 era a principal região produtora de açúcar no Brasil, contando com sessenta e seis engenhos moentes”, como relata Gomes (1998, p. 9).

32 Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda

O Sistema de Sesmarias³³ tinha por objetivo principal a ocupação das terras, incentivando o estabelecimento de um número de núcleos populacionais, e a expansão mercantil portuguesa, com a implantação das empresas açucareiras, ou seja, os engenhos de açúcar.

A Capitania de Pernambuco, por volta de 1573 estava povoada apenas em sua área litorânea, uma vez que a sua colonização se deu a partir do extremo norte, mais precisamente na Vila de Igarau.

Com a instituição do sistema de sesmarias, sob o regime de capitanias hereditárias, coube ao donatário de Pernambuco, Duarte Coelho a administração da Capitania, com expressa determinação de aqui se fundar engenhos de açúcar.

Na distribuição da terra deveria se cumprir o que preceituavam as Ordenações, nas quais se estabelecia que não se dessem “maiores terras a uma pessoa as que razoavelmente parecer que poderão aproveitar”³⁴

Observando, que as autoridades coloniais distribuíam as terras, a quem a eles parecessem interessantes, pode-se remeter a pessoa de João Fernandes Vieira, figura importante na Capitania, tinha bom relacionamento tanto com a Coroa Portuguesa, como com os holandeses, posição esta, que lhe conferiu oportunidades de ganhar, como comprar a baixos preços muitas terras foi concedido grandes extensões de terras em vários locais.

2.4. O Período Holandês na Capitania de Pernambuco.

A Espanha ao incorporar Portugal, forma a União Ibérica (1580-1640), e com isso, passa a controlar suas colônias. A união das Coroas, não foi conveniente para as relações de Portugal com a Holanda, já que os holandeses eram inimigos dos espanhóis, e também, antes dessa incorporação, o açúcar brasileiro seguia em embarcações para ser refinado na Holanda.

33 É bom lembrar que a abolição do Sistema de Sesmarias deu-se em 17.07.1820. Daí ser interessante a preocupação do Estado Português em organizar e ordenar um sistema legal de posse, e, que de certa forma preparou o caminho de transição entre a sesmaria e a fazenda e lançou os primeiros germes da propriedade privada no Brasil.

34 Ordenações Manuelinas, Livro IV, Título 67; Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 43.

Segundo Sluiter (1967, p. 206-207).

“O intento holandês para conquistar o Brasil não pode ser atribuído a uma decisão não premeditada, a um impulso de corsários, a um designo judeu ou outra qualquer causa individual. Mas propriamente foi o produto de um profundo, estabelecidos interesses econômicos, desenvolvidos durante o espaço de uns quatro decênios. Cerca de 1621 esse interesse foi o poder soberano para uma influente parte de negociantes holandeses. Quando ficou evidenciado a esse grupo, que era fortemente representado na nova Companhia das Índias Ocidentais, que a renovação da guerra não só lhes fecharia outra vez a Península Ibérica, mas também os privaria do acesso ao açúcar brasileiro, eles aconselharam a conquista da colônia. As suas vozes foram ouvidas e a decisão tomada”

Para tentar recuperar seus negócios na África e na América, em 1621 o governo e um grupo de companhias holandesas fundam a Companhia das Índias Ocidentais (espécie de empresa comercial, militar e colonizadora) e partem para as investidas. A primeira tentativa dos holandeses em ocupar o Nordeste brasileiro ocorreu em maio de 1624, quando eles atacaram e ocuparam Salvador, Bahia, cidade da qual seriam expulsos em abril de 1625, depois de um mês de lutas contra as tropas luso-espanholas.

Segundo Cascudo (1956, p. 14), a invasão holandesa dá-se por “uma dupla necessidade: açúcar e permuta de manufaturas européias pelos produtos da terra”.

Em fevereiro de 1630, acontece a segunda investida. No litoral de pau amarelo, ao norte da vila de Olinda, área de nossa pesquisa, chega ao litoral pernambucano uma esquadra de 56 navios da Companhia das Índias Ocidentais com um contingente de cerca de quatro a cinco mil homens, sob o comando de Diederick van Waerdenburch.

Segundo José Antônio Gonçalves de Mello (1987, p. 46), uma autoridade no estudo dos holandeses no Nordeste do Brasil, cita:

[...] Waerdenburch, os seus subordinados e os engenheiros que serviam na tropa foram unânimes em reconhecer a grande dificuldade de manter, sem perigo para a segurança da conquista recente, a cidade de Olinda. Solicitaram imediatamente permissão para destruí-la e concentrarem-se no Recife e na ilha de Antônio Vaz [...].

Os holandeses desde a chegada à terra invadida por eles, não se sentiram seguros e com garantias. Várias cartas foram enviadas a Holanda informando da necessidade de abandonar Olinda e se fixarem no Recife, entretanto, na Holanda a sugestão não foi bem aceita.

Ainda na direção de Mello (1987, p.48), em outubro do mesmo ano, Waerdenburch avisa ao Conselho dos XIX da situação perigosa em que se encontravam com o desembarque de mil homens da frota de D. Antônio de Oquedo. O Conselho de Guerra autorizava que, em caso do inimigo desembarcar com grandes forças, e eles não tivessem como defender a cidade, deveriam os holandeses, abandoná-la, mas, sem antes destruí-la completamente.

Com a resistência dos moradores de Olinda aos holandeses, a cidade foi evacuada e incendiada, vindo o governo holandês ir residir em Recife.

A invasão holandesa em Pernambuco, no seu início, trouxe atraso à economia açucareira. As lutas, os incêndios, os confiscos e o abandono dos engenhos, abalaram a economia de Pernambuco, ressalta Cascudo (1956, p. 14).

O Conde João Mauricio de Nassau Siegen, chega ao Recife em janeiro de 1637, trazendo um grande contingente militar; como também, artistas como Albert Eckhout e Fraz Post, os primeiros pintores a retratar cenas do cotidiano da colônia do século XVII.

Com as medidas, tais como, concessão de empréstimos aos senhores de engenho, Nassau restabelece a produção de açúcar e, mantém boas relações com a população da capitania de Pernambuco, relata CASCUDO (1956). Em pouco tempo consegue adesão dos cristãos novos, dos índios, dos negros e mulatos e, apesar das guerrilhas, expande o domínio holandês no litoral nordestino, do Maranhão até a foz do rio São Francisco.

De acordo com Mello (1981, p. 12), desde 1636 o governo holandês de Pernambuco iniciara a restauração da economia açucareira, arrecadando engenhos, como também, animando possíveis candidatos a serem senhores de engenho e, a lavradores de cana a retomar as atividades agrícolas e industriais.

No ano de 1638, Fernandes Vieira já conquistara a confiança dos holandeses através de serviços prestados a Stachouwer.³⁵ Através desse contato, procurou captar a confiança dos Altos Conselheiros holandeses, oferecendo-lhes os seus serviços e, com isso adquirindo prestígio e riqueza.

Com a ausência do Conde Nassau que retorna à Holanda; o governo holandês no nordeste se enfraquece e, devido à política adotada diferente da administração do Conde Nassau, faz com que surjam conflitos. A situação agrava-se a cada dia na Capitania, os senhores de engenhos pressionados pelo novo governo holandês, para pagamento de suas dívidas, em um período coincidentemente de pior safra, de um inverno rigoroso e, de uma praga que arrasou muitos canaviais, fez com que ocorressem conflitos, os quais culminam com a Insurreição Pernambucana.

Desta situação decorreram as causas principais da guerra contra os holandeses. Mello (1956, p. 105), relata como o Padre Antônio Vieira diz a respeito da Insurreição: “os principais (causas) que moveram foi porque tinham tomado muito dinheiro emprestado aos holandeses e não puderam ou lhe quiseram pagar”. Essa afirmação do Padre Vieira, mostra ser a mais próxima da realidade, é tanto, que o maior devedor luso-brasileiro era João Fernandes Vieira, o líder do movimento e guerra contra os flamengos.

O Manifesto do Direito, com que os moradores da Província de Pernambuco se levantaram da sujeição em que, por força de armas, os tinha posto a sociedade de alguns mercadores das Províncias de Holanda, o Memorial oferecido ao Rei de Portugal pelos moradores Portugueses da Capitania de Pernambuco e a Razão que teve o Povo e o Mestre de Campo³⁶ que se levantasse contra os holandeses, são concordes em apontar as

35 Jacob Stachouwer holandês que adquiriu o Engenho do Meio, na Várzea do Capibaribe, como não tinha experiência nessa atividade, conta com Vieira para ser feitor deste engenho, tempo depois, tornando Vieira seu sócio e procurador.

36 João Fernandes Vieira

causas seguintes, segundo MELLO (1956). Neste documento sete cláusulas são apontadas, transcritas aqui a cláusula referente ao açúcar,

“2 ° Porque os Olandezes venderão suas mercadorias ao preço que quizerão e puserão preço baixo e injusto aos azucares e alem disso não tiverão os Portuguezes licença para venderem huma arroba para se remediar, porque os Olandezes mandarão sempre soldados de guarda aos engenhos e casas de purgar, ficando somente os Portugueses como criados e escravos seus”.³⁷

Segundo os documentos oficiais, Fernandes Vieira foi o líder de todo o movimento da Restauração Pernambucana, como os outros, estava endividado junto à Companhia das Índias e, a retirada dos holandeses do território brasileiro, amenizaria a situação de Vieira e dos portugueses economicamente falidos. Assim, apresentava-se o contexto político e econômico do período que antecedeu a guerra contra os holandeses e, como estavam os ricos senhores de engenho na época.

A Holanda enfraquecida pela guerra contra a Inglaterra, não teve condições de reforçar sua posição no Brasil.

37 O “Manifesto lê-se no Lucideno cit., I, p. 292-308, o “Memorial”, datado de 12 de outubro de 1645, no ADVYS OP DE PRESENTATIE VAN PORTUGAEL. HET TWEEDE DEEL. MET EEN REMONSTRANTIE AEN SIJN KONINCKIUCKE MAJESTEYT VAN PORTUGAEL BY DE INWOONDERS PORTUGESEN VAN DE CAPOITANIE VAN PERNAMBOCQ OVERGELEVERT (S. L., 1648), pp.27-37 e a “Rezão”, apresentada em 1647 a D. João VI por Frei Cirilo de Mayenne, no AHU, Pernambuco., papéis avulsos, caixa 3-A, em apenso à Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de julho de 1647.

TERCEIRO CAPITULO

O Engenho Maranguape

3.1. Contexto Histórico

A origem do Engenho Maranguape apresenta-se confusa, o que merece um estudo histórico mais aprofundado. Todos os dados aqui expostos em relação ao contexto histórico do Engenho Maranguape, foram obtidos da documentação existente na FUNDARPE, a qual, baseia-se nos relatos de Pereira da Costa, da sua obra “Anais Pernambucanos”, e na investigação do historiador Tácito Galvão.

As primeiras referências sobre a área de Maranguape³⁸ só são conhecidas após a Insurreição Pernambucana; quando em 1656 Fernandes Vieira, adquire essas terras dos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo. Não consta no Livro de Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, ou em qualquer outro documento pesquisado, qualquer menção sobre o Engenho com o nome de Maranguape, sendo mencionadas apenas as localidades dos vales de Jaguaribe, Mirueira e Paratibe.

Segundo Aneide Santana³⁹ (1993, p.04),

[...] com a morte de Fernandes Vieira e de sua mulher D. Maria César, a propriedade passa para herdeiros e a capela no final do século XVII perde sua função apenas da propriedade e expande-se⁴⁰. Em 1691 é transformada em Curato pelo Bispo Diocesano D. Matias de Figueiredo e Melo para que fosse possível dar assistência à população que ali morava e que se encontrava isolada pela Barra do Rio Doce. O seu território compreendia uma grande zona desmembrada da Freguesia da Sé de Olinda que desde 1676 tornara-se sede do bispado.

38 As terras de Maranguape adquiridas por Fernandes Vieira, segundo o historiador Tácito Galvão, não eram as terras de Paratibe de Baixo.

39 Aneide Santana é historiadora e fez o levantamento histórico sobre a capela N. S. dos Prazeres de Maranguape.

40 Sabe-se que nas imediações da capela existiu um povoado.

No período de 1710 a 1715 foi criada a Freguesia de N.S. dos Prazeres de Maranguape, durante a administração eclesiástica de D. Manuel Álvares da Costa, 5º Bispo de Pernambuco.

Diferentemente de outras capelas normalmente construídas em propriedades, a que ora nos referimos, extrapolou sua importância setorial para tornar-se Igreja – Matriz, sede da Paróquia, por alvará conferido por D. João V, em 1719.

A Capela, agora transformada em Matriz, estava na propriedade de Cesar de Melo, casado com D. Maria César, filha natural de João Fernandes Vieira. Certamente o que lhe fez receber o procedimento de Matriz foi antes da influência social e econômica dos seus proprietários, a grande população, para a época, existente, que em 1746 contava com 276 fogos, com 1486 habitantes e seis capelas filiadas à Igreja-Matriz.

Ainda, na direção de Santana (1993, p. 05),

A Freguesia de Maranguape tinha em 1838 o número de 4.978 habitantes. Esta população se espalhava por toda a extensão da freguesia que se limitava; “Ao Norte com a Freguesia de Igaracu, pelo rio Mirueira, rio Jaguaribe e Barra de Maria Farinha; a Leste o oceano; ao Sul a Freguesia da Sé, pelas águas que entram para o Rio Doce, inclusive; e a Oeste a de S.Lourenço, pela mata que fica duas léguas além da estrada que segue do rio Mirueira até Jacuipe”.

Mapa 1

Localização Município do Paulista/PE



Fonte: Mapa do Estado de Pernambuco - detalhe da região usineira.

A área do Engenho Maranguape localizada no Município do Paulista-PE (Mapa 1), é composta pela Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape⁴¹ e a Casa Paroquial, que se encontram em estado de ruína (Figura 1 e Figura 2). Este conjunto de edificações foi tombado a nível Estadual pela FUNDARPE em 1987 com a denominação de “Engenho Maranguape” (Mapa 2). Possivelmente, também fez parte do Engenho Maranguape, o Sítio Maranguape, onde foram registradas umas estruturas, as quais é o principal objetivo do estudo desta pesquisa.

⁴¹ Em 1993, foi feito um projeto de restauração para a Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape, o qual não foi realizado, cujos executores seriam a Prefeitura do Município do Paulista, através da Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo; a Paróquia de N. S. dos Prazeres representada pelo Padre Antônio Belarmino de Sena, e a equipe de profissionais formada por: Aneide Santana (levantamento histórico), Plínio Araújo (arqueologia), Paulo Camurati (arquitetura).

Mapa 2

Ortofotocarta do Engenho Maranguape - Paulista/PE



Fonte: FIDEM

Pereira da Costa (1952, p. 433, vol. 10), relata dados sobre essa propriedade conforme transcrição a seguir:

[...] as terras de Maranguape faziam parte de uma grande Sesmaria dada a Jerônimo de Albuquerque pelo Donatário Duarte Coelho, em Pernambuco em meados do século XVI, e as quais conhecidas por Propriedade dos Maranguape, comprou o mestre de campo João Fernandes Vieira aos herdeiros de Jerônimo Paes de Azevedo, como declara no seu testamento - todas as suas pertencões, e os sítios que possuíam assim de terra como fabricação - em época anterior a 1674, porquanto foi nesta sua propriedade, e naquele ano, que fez ele o mesmo testamento, do qual consta também, que as terras que partem com os Maranguape, da praia até o rio de Marinha Farinha, eram igualmente suas.

Ainda, segundo Pereira da Costa (1952, p. 434, vol. 10), temos:

A casa de vivenda da propriedade, talvez construída por João Fernandes Vieira, era um grande prédio de dois pavimentos, dando acesso para o superior unia escadaria externa de dois lanços, e situada em frente da capela de N. S dos Prazeres. Em 1686, quando do seu falecimento, foi a propriedade dos Maranguape, incluída no dote nupcial de sua filha natural D. Maria Joana, casada com o capitão-mor Jerônimo César de Melo, e segundo um termo de medição judicial das suas terras, consta que limitava ao norte com as do Engenho Jaguaribe compreendendo dali pra o sul as praias de Pau Amarelo e em seguida a do Janga, até a foz do rio Doce, com valas das suas salinas, fornos da cal, pesqueiras e coqueiros.

No que se refere ao proprietário das terras de Maranguape, o Mestre de Campo João Fernandes Vieira, personagem, cuja historia se apresenta envolvida em controvérsias e dúvidas quanto aos episódios de sua vida, Almoêdo (2001, p. 119), descreve:

[...] o madeirense celebrizado como herói da guerra contra os holandeses na Capitania de Pernambuco, depois restaurada ao poder dos portugueses no movimento conhecido historicamente como Restauração Pernambucana, ter sido um dos maiores proprietários de terras no Nordeste do Brasil no século XVII.

De fato, Fernandes Vieira mantinha bom relacionamento com a Coroa Portuguesa, como também, com os holandeses durante o período que antecedeu as batalhas, o que lhe favoreceu a aquisição de muitos bens como declara ele em seu testamento, na cláusula 22^{a.42}. Acumulou inúmeras mercês régias como prêmios por serviços prestados a Coroa Portuguesa.

No Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), existe um trecho do alvará de D. João VI datado de 25 de junho de 1654, onde Vieira por seus serviços a Coroa é agraciado com [...] “dez léguas de terra em circulo da banda do sul começando do último morador, que

42“Compramos as terras do Engenho das Ilhetas e as terras do Engenho de Santa Ana e as terras do Engenho do Meio, da Várzea, tudo destruído, que não havia mais que só terras; e as quantias que demos por elas ao Supremo Conselho da Companhia que as venderam” (Testamento, cláusula 22).

estivesse de posse para o sertão, onde estivessem devolutas, e juntas, para a parte de Santo Antão”⁴³.

Através das fontes históricas sabe-se que, após a batalha com os holandeses, aproveitou, Fernandes Vieira o desânimo de muitos proprietários das Capitanias de Pernambuco e da Paraíba, para adquirir outros bens a preços baixos, entre estes, a propriedade de Maranguape.

É importante ressaltar que na documentação textual, dentre as aquisições de Fernandes Vieira, a propriedade de Maranguape não está incluída na lista de seus engenhos produtores de açúcar.

3.2. O Sítio Maranguape



O Sítio Maranguape fica localizada nas coordenadas UTM 0296727 – 9121826, em uma altimetria de 35,00m, localizado no Engenho Maranguape - Município do Paulista-PE (Mapa 3). O acesso ao Sítio é feito pela estrada de barro nas terras pertencentes a família

43 A H. U., Pernambuco. Consulta sobre carta de João Fernandes Vieira a D. Pedro II, solicitando confirmação de posse e demarcação de suas terras em Pernambuco. A H. U. ACL_015, Cx. 11, D. 1095.

Lungren, cerca de 300 metros aproximadamente da ruína da igreja N. S dos Prazeres de Maranguape e da Casa Paroquial.

Figura 1

Ruína da Igreja Nossa Senhora dos Prazeres de Maranguape.



Fonte: Cláudia Alves.

Localizadas em uma colina, ao meio de uma vegetação densa de cipós, registrou-se umas estruturas que poderiam ter sido a moita de um dos remanescentes engenhos do século XVI e/ou XVII⁴⁴ do litoral Norte do Estado de Pernambuco, possivelmente de propriedade do mestre de campo João Fernandes Vieira⁴⁵, figura notória dentro do contexto da ocupação e expulsão dos holandeses na Capitania de Pernambuco.

Figura 2

Ruína da Casa Paroquial.



Fonte: Cláudia Alves.

44 Os engenhos do século XVII que ainda existem, na sua grande maioria, estão descaracterizados com ampliações e reformas ao longo do tempo.

45 João Fernandes Vieira líder da Insurreição Pernambucana.

3.2.1. Aspectos Ambientais.

A área do Sítio Maranguape pode ser classificada geologicamente como integrante de formação Barreiras. A Formação Barreiras é constituída por “sedimentos areno-argilosos não consolidados, de origem continental” LGGM (1992, p.13). O relevo da Formação Barreiras é caracterizado pela presença de tabuleiros, de altitude variando entre 40 e 50 metros próximos à planície costeira e atingindo mais de 160 metros na porção oeste do Litoral Norte. Pode-se descrever os tabuleiros em geral como relevos de topo de plano, entrecortados por vales estreitos e profundos, de vertentes com declividade alta, ou seja, superior a 30%.

Figura 3
Sítio Maranguape



Fonte: Leandro Surya

O Sítio Maranguape encontra-se no litoral Norte, cujo domínio climático é do tipo tropical úmido do tipo As' ou pseudo-tropical da classificação climática de Koppen, sendo caracterizado pela temperatura do mês mais frio superior a 18° C e chuvas de

outono-inverno motivadas pela Frente Polar Atlântica. A temperatura anual média da área oscila em torno de 24° C.

Figura 4
Sítio Maranguape



Fonte: Fábio Mafra

A vegetação na área em torno do Sítio é composta por uma cobertura vegetal secundária da Mata Atlântica, e de uma grande área de pastagem.

Encontramos a cerca um quilômetro do Sítio Maranguape, ao Sul, o rio Paratibe, além do Canal da Tinta. Para oeste do Sítio, também cerca de um quilômetro; as praias do Janga, Maria Farinha e Pau Amarelo.

3.2.2 – As Pesquisas de Campo

A pesquisa de campo no Sítio Maranguape foi iniciada, sob a coordenação da Prof^a Cláudia Oliveira, através do Projeto “Prospecção arqueológica na Sesmaria Jaguaribe”, no período de 28 de março a 06 de maio deste ano. Teve como principal agente financiador a Prefeitura do Município do Paulista, órgão que respondeu, durante o tempo

estipulado para o trabalho, pela manutenção dos operários com a alimentação e o transporte para a equipe. Tivemos ainda o apoio da Fundação Seridó, a colaboração de estagiários do NEA e dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco.⁴⁶

Figura 5

Acesso ao Engenho Maranguape



Fonte: Cláudia Alves.

Após a limpeza da área, foi realizado o levantamento topográfico e definido o setoriamento para a prospecção. Nesta primeira fase, foi delimitada uma trincheira principal – Trincheira I, de onde foi iniciada a expansão de mais duas trincheiras, entretanto, por uma questão de falta de tempo, só foi possível escavar apenas uma quadrícula de cada uma delas. Realizou-se também, uma sondagem ao lado da base da estrutura que foi inicialmente identificada como Trincheira III. Em cada uma delas foram selecionadas as quadrículas que mediam 2,0m X 2,0m, subdivididas em quadrantes de 1,0 m².

⁴⁶ Equipe: Dra. Cláudia Oliveira, profa. Adjunta, NHT/PPARQ; Ana Paula Guedes (PPARQ-mestranda); Demétrio Mutzemberg (PPARQ. -mestrando); Fábio Mafra (Mestre-UFPE), Josangela da Silva Jesus (aluna da Graduação em Turismo Josilene Bezerra Batista (técnica em arqueologia); Henrique Nelson da Silva (Bolsista IC-PROPESQ); Leandro Surya (PPARQ-mestrando); Lívia Blandina de Araújo Silva (Bolsista IC-PROPESQ); Vivian Karla de Sena, NEA/PPARQ-UFPE (mestranda)).

Figura 6
Trincheira.



Fonte: Cláudia Alves.

Realizou-se a plotagem dos vestígios arqueológicos de superfície depois da retirada do mato. Predomina na superfície fragmentos de louças (faiança, grés, porcelana) e de vidros (Tabela 01), porém registramos também a presença de ossos da fauna, malacológico, metal, restos vegetais e muitos fragmentos de material construtivo como telhas, tijolos etc que não foram coletados.

TABELA 01:
Tipos de vestígios – Material de Superfície

MATERIAL	QUANTITATIVO
MALACOLÓGICO	31
CERÂMICA	31
CONSTRUTIVO	01
LOUÇA	114
METAL	03
OSSO	01
LÍTICO	01
SEMENTE	02
VIDRO	57
TOTAL	241

TRINCHEIRA I

A trincheira I, localizada na parte lateral da estrutura aparente da casa, media 18 m de comprimento por 2 m de largura. Era formada de 09 quadriculas, sendo escavadas as quadriculas: 01, 03, 08 e a 09.

Figura 7
Quadricula



Fonte: Cláudia Alves.

Na quadricula 01 foram escavados os quadrantes **ABCD**, onde se fez uma decapagem de 10 cm. Neste primeiro nível verificou-se a predominância de fragmentos de cerâmica e louça, ocorrendo ainda, fragmentos de vidros, ossos de fauna e metal (Tabela 02). Para definir a estratigrafia que pudesse orientar as decapagens, resolveu-se aprofundar primeiramente os quadrantes CD (1x2)m², onde se realizou-se mais três decapagens. Nesses níveis, verificou-se a diminuição da quantidade dos vestígios citados acima, entretanto apareceu uma camada de sedimento com muita metralha (fragmentos de reboco, telhas, tijolos etc.). Parou-se a escavação nessa área na quarta decapagem.

TABELA 02:
Tipos de vestígios – TRINCHEIRA I – Q - 1.

QUADRÍCULA	NÍVEL	MATERIAL	QT
01A/B	1ª DEC.	CERÂMICA	227
01A/B	1ª DEC.	LOUÇA	120
01A/B	1ª DEC.	METAL	02
01A/B	1ª DEC.	OSSO	28
01A/B	1ª DEC.	VIDRO	03
01C/D	2ª DEC.	VIDRO	01
01C/D	2ª DEC.	CERÂMICA	39
01C/D	2ª DEC.	CONSTRUTIVO	08
01C/D	2ª DEC.	LOUÇA	25
01C/D	2ª DEC.	OSSO	01
01C/D	2ª DEC.	VIDRO	03
01C/D	3ª DEC.	CONSTRUTIVO	05
01C/D	3ª DEC.	METAL	01
01C/D	4ª DEC.	CERÂMICA	26
01C/D	4ª DEC.	LOUÇA	01
01C/D	4ª DEC.	OSSO	23
TOTAL			513

Na quadrícula 03 escavou-se apenas os quadrantes A-B (2m x 1m) m², onde se realizou duas decapagens de 15 cm. Apesar de ser uma área menor escavada, nela encontrou-se uma concentração maior de fragmentos de cerâmica e de louça, ocorrendo, em menor quantidade de material construtivo e fragmentos de ossos de fauna. A partir da segunda decapagem diminuiu a frequência desses vestígios e aparece apenas louça, ossos, cerâmica e vidro (Tabela 03).

TABELA 03:

Tipos de vestígios – TRINCHEIRA I – Q - 3.

QUADRÍCULA	NÍVEL	MATERIAL	QT
03A/B	1ª DEC.	CERÂMICA	289
03A/B	1ª DEC.	CONSTRUTIVO	09
03A/B	1ª DEC.	LOUÇA	192
03A/B	1ª DEC.	METAL	01
03A/B	1ª DEC.	NÃO IDENTIF	01
03A/B	1ª DEC.	OSSO	18
03A/B	1ª DEC.	VIDRO	08
03A/B	2ª DEC.	CERÂMICA	97
03A/B	2ª DEC.	LOUÇA	19
03A/B	2ª DEC.	OSSO	15
03A/B	2ª DEC.	VIDRO	03
TOTAL			652

Na quadrícula 08 também foram escavados todos os quadrantes - **ABCD**. A primeira decapagem foi de 20 cm, pois essa quadrícula estava localizada em uma área de acumulação de sedimento, havendo um grande desnível, parecendo ter ocorrido um aterro. Depois dessa primeira decapagem resolveu-se escavar apenas os quadrantes A/B onde realizou-se mais três decapagens de 15 cm. Em relação as outras quadrículas dessa trincheira, verificou-se grande quantidade de “entulho” (pedregulho, pedaços de pedras, tijolos etc). Na quarta decapagem foi evidenciadas uma estrutura (base) composta por pedra calcária e calça. A base não estava alinhada com as estruturas encontradas na superfície. Trata-se, aparentemente, de outra construção no local. Nesta área encontrou-se poucos vestígios da cultura material (Tabela 04). Entretanto, curiosamente, havia um fragmento de cachimbo (fig.8) que após análise no laboratório, documentou-se ser holandês. Esse vestígio material não caracterizou uma possibilidade da presença holandesa nessa área. Essa descoberta fica como subsídio pra outras escavações futuras poderem ou não documentar com mais firmeza a presença holandesa nessa área.

Figura 8
Cachimbo holandês



Fonte: Cláudia Alves.

TABELA 04:

Tipos de vestígios – TRINCHEIRA I – Q – 8

QUADRÍ	NÍVEL	MATERIAL	QT
08ABCD	1ª DEC.	CERÂMICA	27
08ABCD	1ª DEC.	LOUÇA	06
08ABCD	1ª DEC.	METAL	01
08ABCD	1ª DEC.	VIDRO	02
08A/B	2ª DEC.	CERÂMICA	52
08A/B	2ª DEC.	CONSTRUTIVO	06
08A/B	2ª DEC.	LOUÇA	01
08A/B	3ª DEC.	CERÂMICA	66
08A/B	3ª DEC.	CONSTRUTIVO	11
08A/B	3ª DEC.	LOUÇA	01
08A/B	3ª DEC.	OSSO	01
08A/B	4ª DEC	CACHIMBO	01
08A/B	4ª DEC.	CERÂMICA	67
08A/B	4ª DEC.	CONSTRUTIVO	010
08A/B	4ª DEC.	MADEIRA	01
08A/B	4ª DEC.	METAL	04
08A/B	4ª DEC.	OSSO	02
08A/B	4ª EC.	LOUÇA	11
TOTAL			270

Na quadrícula 09, ficou resolvido a abertura de mais uma trincheira paralela a trincheira I, partindo dessa quadrícula de modo a evidenciar toda uma estrutura circular encontrada naquela quadrícula. Assim foi definida como Trincheira IV, onde escavou-se a quadrícula 01. Delimitamos a escavação somente para os quadrantes AB, de forma, como falamos anteriormente, a delimitar a estrutura. Realizou-se apenas uma decapagem, onde se encontrou muitas pedras quebradas, formando um aglomerado, com a aparência de um aterro (Fotos 86, 92 e 94). Nele, foram encontrados também fragmentos de cerâmica, faiança e uma moeda (Fig. 9) (Etiqueta 117) – (Tabela 05).

Figura 9
Moeda portuguesa



Fonte: Cláudia Alves.

TABELA 05:

Tipos de vestígios – TRINCHEIRA I – Q - 09

QUADRÍCULA	NÍVEL	MATERIAL	QT
09A/B	1ª DEC	MOEDA	01
09A/B	1ª DEC.	CERÂMICA	55
09A/B	1ª DEC.	FAIANÇA	36
09A/B	1ª DEC.	GRÊS	02
09A/B	1ª DEC.	OSSO	02
09A/B	2ª DEC.	CACHIMBO	02
09A/B	2ª DEC.	CERÂMICA	13
09A/B	2ª DEC.	FAIANÇA	07
09A/B	2ª DEC.	MALACOLÓGICO	01
09A/B	2ª DEC.	VIDRO	02
09A/B	4ª DEC.	CERÂMICA	01
09A/B	4ª DEC.	LOUÇA	13
TOTAL			135

TRINCHEIRA II

Como extensão da Trincheira I a partir da quadrícula 05, foi traçada a Trincheira II, onde escavou-se apenas na quadrícula 01, os quadrantes BC (2x1) m². Por falta de tempo, pois havia começado o período de chuvas, realizou-se, apenas uma decapagem de 20 cm, ocorrendo uma baixa frequência de material arqueológico (Tabela 06). Nela, apareceu um fragmento de cerâmica, tipo “pão de açúcar”, faiança e fragmentos de telha.

TABELA 06:

Tipos de vestígios – TRINCHEIRA II – Q - 01

QUADRÍCULA	NÍVEL	MATERIAL	QT
01B/C	1ª DEC.	CERÂMICA	15
01B/C	1ª DEC.	LOUÇA	29
01B/C	1ª DEC.		01
01B/C	1ª DEC.	OSSO	03
01B/C	1ª DEC.	VIDRO	01
TOTAL			49

TRINCHEIRA III

Na trincheira III foram escavados os quadrantes CD. Nela realizou-se quadro decapagens de 20 cm, com a finalidade de identificar a profundidade da base da estrutura maior encontrada no sítio. Foi encontrada uma concentração de tijolos com argamassa, em uma das faces de alguns deles, e outros encobertos, totalmente, por argamassa, e alguns fragmentos de metal, louça, reboco, cerâmica e telha (Tabela 07).

TABELA 07:

Tipos de vestígios – TRINCHEIRA III – Q – 01

QUADRÍCUL	NÍVEL	MATERIAL	QT
A			
01	1ª DEC	METAL	01
01	1ª DEC.	CERÂMICA	09
01	1ª DEC.	LOUÇA	01
01	2ª/3ª	CERÂMICA	19
01	2ª/3ª	LOUÇA	01
01	2ª/3ª	METAL	01
01	2ª/3ª	REBOCO	02
01	4ª DEC.	CERÂMICA	25
01	4ª DEC.	LOUÇA	07
01	4ª DEC.	VIDRO	04
			70

TRINCHEIRA IV

A trincheira IV, a parte Q-09 da Trincheira I, funcionou como uma expansão dessa última trincheira. Nela realizou-se apenas uma decapagens nos quadrantes CD, ocorrendo uma frequência baixa de vestígios (Tabela 08). A abertura dessa quadrícula permitiu a delimitação de uma estrutura circular(Fig.10), que poderia ser de uma coluna. A referida

estrutura encontra-se em estudo, pois as duas dimensões, com aproximadamente 1,5m de diâmetro, foge ao padrão do tamanho das colunas do período colonial.

Figura 10
Estrutura circular



Fonte: Cláudia Alves.

TABELA 08:

Tipos de vestígios – TRINCHEIRA IV – Q – 01

QUADRÍCUL	NÍVEL	MATERIAL	QT
A			
01C/D	1ª DEC.	CERÂMICA	13
01C/D	1ª DEC.	FAIANÇA	11
01C/D	1ª DEC.	METAL	03
01C/D	1ª DEC.	VIDRO	01
TOTAL			28

3.2.3. Análise do Material Arqueológico.

A forte referência dos costumes, símbolos e ideologia da elite rural dominante na Europa expressam-se na vida social dos senhores de engenhos e fazendeiros da região de Pernambuco; uma reprodução de seu espaço doméstico, no qual os hábitos e costumes

somente poderiam ser colocados em prática possuindo-se o aparato necessário: vestuário, mobiliário e utensílios domésticos, tendo a louça papel de grande importância. A presença da faiança, vidros e outros utensílios importados era um indicador de um status social dos fazendeiros e senhores de engenho.

Trabalhou-se com a hipótese de que o Sítio Maranguape não era um engenho produtor de açúcar, e sim, uma propriedade rural com outras atividades produtivas. O estudo dos vestígios arqueológicos encontrados nesse Sítio pode-se ter o conhecimento de parte dos artefatos utilizados no dia a dia dos personagens que habitaram a propriedade. Com isto, levantou-se um outro questionamento: será que esses artefatos encontrados faziam parte do acervo de utensílios utilizados para a fabricação do açúcar nas moitas, ou não?

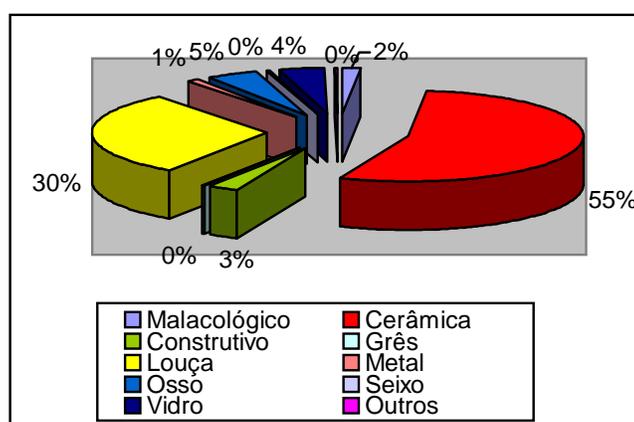
Na sondagem foram coletados 1.843 fragmentos de cerâmica, louça, vidros, ossos de fauna etc. Deste total ocorre a predominância de cerâmica (55%), e da louça (30%). Registrou-se ainda os fragmentos de vidros (bases de garrafas de espessura grossa e coloração escura; ossos de fauna; metal (duas moedas); artefatos de ferro (fragmento de ferramenta agrícola; um pedaço de cano com 40 cm de comprimento, possivelmente de uma arma tipo carabina, um balim, cravos de aproximadamente 6cm a 7cm de comprimento); e material construtivo como fragmentos de tijolos, telhas, argamassa e material malacológico (Gráfico 1 - Tabela 09).

Em todo o sítio observou-se uma grande quantidade de material construtivo como tijolos grandes com as dimensões de: (30x16x04) cm e (28x11x08) cm, sedimentos; argamassa e telhas. Alguns exemplares dessas telhas foram encontrados, tanto em superfície, quanto abaixo do solo. Essas telhas eram feitas de barro tem a denominação de “telha canal”. Esse nome foi dado porque são dispostas com a cavidade voltada para cima, servindo como um canal de escoamento das águas pluviais. Naquela época essas telhas eram produzidas artesanalmente nas fazendas e engenhos pelos escravos ou trabalhadores livres que modelavam o barro na coxa proporcionando o formato curvo, nas olarias das respectivas propriedades, ou adquiridas ou no comércio regional. As telhas variam entre 52 cm a 62 cm. A largura na borda anterior ficava entre 19 e 23 cm e na borda posterior entre 17 e 18 cm.

As telhas encontradas na escavação do Sítio Maranguape indicam a possibilidade da existência de uma olaria artesanal nessa propriedade, por a sua modelagem rústica e a sua variação de tamanhos. Tendo em vista que o acabamento das mesmas indica o século de sua produção, podemos afirmar que na área do sítio foram encontradas exemplares de telhas entre os séculos XVII e XIX.

GRÁFICO 1:

Frequência do material arqueológico no Sítio Maranguape



Outros - restos vegetais, reboco e cachimbos.

TABELA 09:

Frequência do Material Arqueológico – Sítio Maranguape

Tipos	Nº de fragmentos (%)
Louças	530%
Cerâmica neobrasileira	714%
Cerâmica vitrificada amarela	46%
Cerâmica vitrificada verde	09%
Cerâmica leve	15%
Telha	206%
Tijolo	04%

Madeira	04%
Não identificado	18%
Cachimbo	01%
Vidro	89%
Ossos	945%
Material Construtivo	52%
Malacológico	33%
Metal	23%
Lítico	01%
Outros	09%
TOTAL	1.843

A cerâmica foi classificada em três tipos: a cerâmica neobrasileira (ou vermelha), a cerâmica vitrificada e a cerâmica leve. A cerâmica neobrasileira foi aquela produzida a partir da colonização européia, mesclando as técnicas européias, às vezes com técnicas indígenas. Confeccionada com a técnica do rolamento e, eventualmente com a utilização de forno, introduzido pelos europeus. Registrou-se nos estudos nesse sítio um total de 714 fragmentos de bordas, bojos, bases e apliques (Tabela 10).

TABELA 10:

Frequência dos fragmentos identificados – cerâmica neobrasileira

Tipos	Nº de fragmento (%)
Bordas	107%
Bojos	130%
Bases	15%
Apliques	20%
Residual	442%
Total	714%

A cerâmica vitrificada era utilizada para a preparação e armazenamento de alimentos. Segundo Lima (1989, p.218), o processo de vitrificação da cerâmica, conhecido como “Salt-glazed”, era mais aplicado a parte interna dos recipientes, em tonalidades que variavam do amarelo-mostarda ao verde. Os fragmentos encontrados no sítio apresentavam tons amarelos e verdes (Tabela 11).

A cerâmica leve consiste, segundo CALDARELLI (2003), num tipo de cerâmica manufaturada com técnica mais elaborada, indicando um nível mais elevado de padronização na confecção dos vasilhames, podendo ser torneada, moldada ou até mesmo acordelada. Caracteriza-se pela presença de pasta com antiplástico de granulometria bastante fina (até 1mm), com queima completa, coloração bege claro, com espessura normalmente delgada. O acabamento de superfície que predomina na cerâmica leve é o alisamento, podendo apresentar engobo, ocorrendo também decoração plástica e pintura. As características tecnológicas desta cerâmica indicam um maior controle na seleção da matéria-prima, na utilização da técnica de confecção e no processo de queima, indicando a possibilidade manufaturada especializada, em maior escala e, talvez, de comercialização destes artefatos. Neste sítio, foram encontrados apenas 15 fragmentos, alguns deles com o engobo vermelho (Tabela 11).

Utilizou-se o termo louça para identificar os fragmentos de faiança, porcelana e grés. Nessa categoria predomina neste sítio a faiança, que foi classificada em faiança tipo exportação, faiança de uso interno e faiança fina (Tabela 11).

TABELA 11:

Frequência dos fragmentos identificados – Louça

Louças	Nº Fragmentos (%)
Porcelana não identificada	01%
Porcelana branca	05%
Porcelana (linhas paralelas azuis)	01%

Faiança tipo exportação	01%
Faiança fina	123%
Faiança fina não identificado padrão	27%
Faiança fina branca (4 bases inteiras e 22 fragmentadas)	182%
Faiança de uso interno	29%
Faiança não identifica/padrão	90%
Faiança branca (1 base completa)	47%
Grés	20%
TOTAL	528

FAIANÇA DE USO INTERNO (PORTUGUESA)

TIPO 1.: Faiança caracterizada por duas linhas paralelas e uma ondulada entre paralelas que contornam toda borda da tigela, executadas na cor azul e vinho. No Sítio foram encontradas variações desse tipo, com as três linhas paralelas. Existem fragmentos da base da tigela deste tipo, e apresenta três linhas circundando a borda da base. As linhas variam quanto à espessura e apresentam-se nas cores azul, verde e vinho.

TIPO 2.: Faiança produzida entre os séculos XVII e XVIII, apresenta duas linhas paralelas circundando toda a borda da peça.

TIPO 3.: Apresenta uma linha circundando toda a borda da peça, acompanhada com rabiscos acima da linha, executadas na cor azul

TIPO 4.: Base de um prato, que apresenta duas linhas paralelas que circundam toda a borda da base e com o caracol ao centro

TIPO 5.: Faiança caracterizada por uma linha circundando toda a borda da peça, na cor azul. Produzida entre os séculos XVI e XVIII.

Tabela 12:

Frequência dos Tipos de Decoração – Faiança de Uso Interno/Portuguesa

Decoração	Nº de fragmentos	(%)
Tipo 1	16	26%
Tipo 2	5	17%
Tipo 3	1	03%
Tipo 4	1	03%
Tipo 5	6	21%
TOTAL	29	

TIPO EXPORTAÇÃO

TIPO 1: Faiança que marca a fase inicial das faianças portuguesa tipo exportação da segunda metade do século XVII composto por uma seqüência de semicírculos concêntricos delimitados por linhas paralelas, na cor azul sobre branco com motivos chineses. Neste tipo encontramos neste sítio apenas um (01) fragmento (Tabela 11)

FAINÇA FINA

TIPO 1: Faiança fabricada entre 1790 e o início do século XX, na técnica decorativa conhecida como “dipped” sobre o esmalte “pearlware” ou “whiterware,” policrômico. Apresenta variante com a faixa azul ou faixa simples, na forma de caneca ou malga.

TIPO 2: Variação da técnica dipped é conhecida como moca. Apresenta formas onduladas e circulares pintadas com o dedo. Produzida na Inglaterra entre 1830 e 1860, era popular por seu baixo valor. Na forma de malga, canecas e jarras.

TIPO 3: Variedade do padrão dipped, apresenta motivo decorativo geométrico em relevo (Engine-Turned ou Rouletted Decoration), produzida entre 1820 e 1900.

TIPO 4: Faiança com a técnica decorativa “Shell Edged”, que consistia na aplicação de pinturas na borda da peça sobre o esmalte pearlware ou whiteware nas cores azul e mais raramente verde ou rosa. Produzida aproximadamente entre 1780 e 1880. Era bastante popular por ser a mais barata entre todas decoradas. Apresenta variações quanto à modificação da borda. Identificamos neste tipo quatro variações 4.1 = ; 4.2 = 10; 4.3 =8, e 4.4 = 3.

TIPO 5: Faiança com técnica decorativa conhecida por borrão, na cor azul e motivo floral. Foi produzida entre 1834 e o início do século XX.

TIPO 6: Variedade do padrão dipped. Apresenta decoração ao centro da peça.

TIPO 7: Faiança decorada com a técnica “transfer printing”. Seu período de fabricação é do final do século XVIII ao início do XX.

TIPO 8: Faiança pintada à mão livre no esmalte pearlware, com motivo floral, policrômico com tons brilhantes, produzido entre 1830 até a década de 50 do século XIX.

TIPO 9: Faiança pintada a mão apresentando como decoração um friso na cor azul paralelo a borda da peça. Produzido entre o final do século XVIII e início do século XX.

Tabela 13

Frequência dos Tipos de Decoração – Faiança Fina

Decoração	Nº de fragmentos	(%)
Tipo 1	22	18%
Tipo 2	11	09%
Tipo 3	1	01%
Tipo 4	48	39%
Tipo 5	3	02%
Tipo 6	1	01%
Tipo 7	33	27%
Tipo 8	4	03%
TOTAL	123	100

Todos os vestígios materiais encontrados na área espacial das estruturas do Sítio Maranguape levaram-se a identificar atividades domésticas ligadas ao cotidiano de uma casa, e não, de uma unidade produtora de açúcar como nos vestígios materiais identificados no Engenho Manjope⁴⁷.

⁴⁷ No período de agosto a dezembro de 2004, foi realizada uma escavação no Engenho Manjope com a parceria da FUNDARPE, Fundação Seridó, Universidade Federal de Pernambuco e o Ministério da Cultura. A dissertação da mestrandia Vera Lúcia Menelau de Mesquita do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio defendida em 09/09/2005, se refere ao Engenho Manjope quanto a sua produção de cachaça.

QUARTO CAPÍTULO

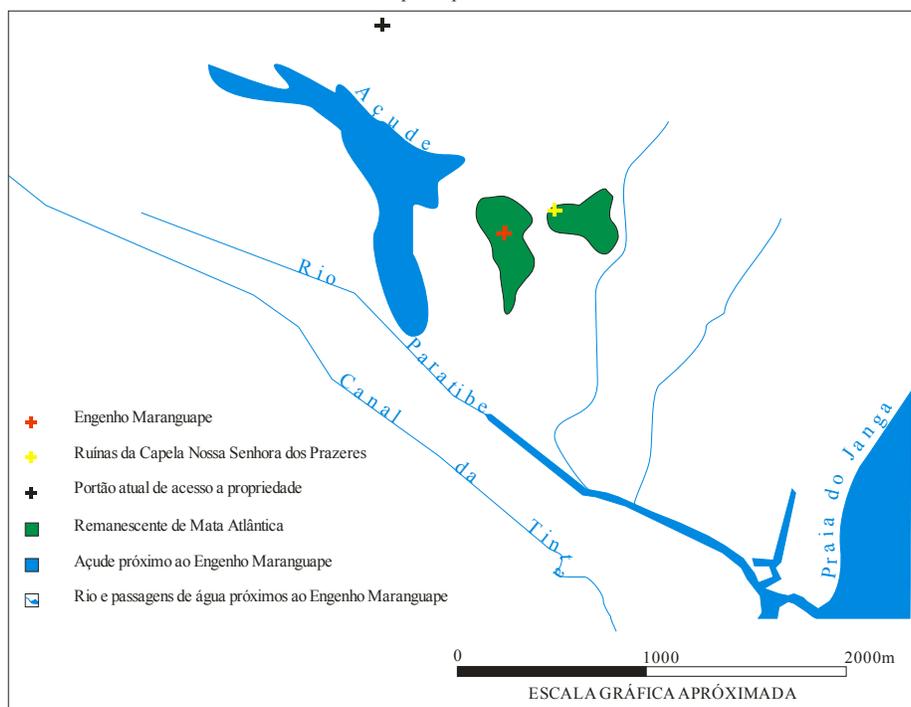
Maranguape uma propriedade rural?

4.1. Configuração espacial das estruturas do Sítio Maranguape.

Considerando a historiografia e a iconografia holandesa do século XVII, direcionou-se os trabalhos de prospecção no Sítio de Maranguape às estruturas encontradas (Anexo 1 e 2) com a finalidade de definir a sua função para determinar se era uma moita do engenho colonial do século XVI e/ou XVII, ou não, e a investigação abrangeu o seu entorno, perfazendo uma área de novecentos e quarenta metros quadrados com o perímetro de onze metros. O presente estudo visa procurar a resposta à questão: seria a propriedade de Maranguape um engenho, ou uma propriedade rural com outras atividades? Para isso, o espaço territorial do Sítio e as estruturas foram analisados de acordo com as exigências programáticas dos engenhos, e as diversas formas de organização espacial de cada um dos edifícios, bem como a relação entre si, com a topografia dos engenhos coloniais do mesmo período.

Analisando primeiramente as estruturas em relação à topografia, essas, estão localizadas em posição estratégica, em uma colina; no nível topográfico mais elevado do Sítio, com perspectiva à praia do Janga, e visadas a toda a região; distando 250,00m da Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape e da Casa Paroquial. Este dado oferece um questionamento, haja vista, que na organização espacial dos espaços dos engenhos seiscentista, a moita sempre era implantada em nível mais baixo, na área plana, e quase sempre próximas a um rio ou braço de mar, o que não se caracteriza no Sítio Maranguape, onde essas estruturas estão aproximadamente a um quilômetro do rio Paratibe (Mapa 1).

Mapa 1
Croqui esquemático



4.2. Técnicas construtivas das estruturas do Engenho Maranguape

Em uma colina, distando 250,0m das estruturas existentes no Sítio, encontra-se a ruína da Igreja N. S. dos Prazeres de Maranguape e a casa paroquial. A leitura da volumetria da igreja de N. S dos Prazeres de Maranguape é perfeitamente clara; com nave única. A parede (fachada lateral direita) com os elementos que a compunham foram achados no local, inclusive cismalhas em cantaria pela face interna, e beirais em telha canal pela face externa e um arco em cantaria que dá acesso à capela do batistério. Todo o edifício fora construído em alvenaria de pedra, com poucas partes em alvenaria mista, com exceção da torre, construída, ao que parece, depois da construção da igreja, em alvenaria de tijolo, por sobre a capela do batistério. As evazaduras da torre possuíam cercaduras e ornatos, em cantaria, da fachada principal. Sobre a Casa Paroquial, toda a edificação indica que foi construída em alvenaria de pedra (Ver Fig. 1 e 2 do Terceiro capítulo)

4.3. Técnicas Construtivas das estruturas do Sítio Maranguape

As estruturas que se encontram no ponto mais alto da área do Sítio apresentam-se bem configuradas na forma retangular, com dimensões aproximadamente de 30mx12m, que se assemelha ao dimensionamento das casas de vivenda coloniais (Anexo 2).

A técnica construtiva não pode ser bem reconhecida, visto, que as estruturas apresentam um alto grau de destruição. Entretanto, nos materiais construtivos, verificou-se a utilização de pedra granítica, tijolos e calça e, em alguns pontos, como as quinas do retângulo, em pedra de cantaria. Provavelmente, a inexistência das paredes, deva-se a técnica de taipa de pau-a-pique muito utilizada na construção dos edifícios da época, (Anexo 4).

4.4. Análise comparativa do conjunto de estruturas do Sítio Maranguape com os engenhos coloniais da época.

A análise das estruturas encontradas no Sítio Maranguape foi feita em dois níveis: o fator topográfico, e pela análise do material arqueológico encontrado na área.

Segundo Azevedo (1990, p. 96), relata a posição topográfica da casa-grande “em um extremo, a casa-grande e a capela, geralmente construídas por especialistas em materiais nobres: pedra e cal, situadas na parte mais alta do terreno”.

O zoneamento dos edifícios de um engenho refletia a estrutura social: casa-grande e a capela no alto do terreno, instalações fabris e a morada dos trabalhadores na parte mais baixa. Este esquema se manteve durante todo o período colonial (Anexo 5).

A implantação da casa-grande permitia ao proprietário um maior controle de sua propriedade e a afirmação de sua autoridade. A capela ficava geralmente a seu lado, na mesma cota altimétrica e, em alguns casos, em posição mais elevada.

A localização das estruturas do Sítio Maranguape apresenta-se na parte mais alta do terreno, configurando-se com a implantação das casas das fazendas e engenhos da época,

como observado na historiografia. Entretanto, a localização da igreja de N. S. dos Prazeres de Maranguape, foge ao padrão vigente na época. Como foi relatado, a igreja encontra-se a uma distância aproximada de duzentos e cinquenta metros das estruturas, esse dado, demonstra que a organização espacial não corresponde a característica do triângulo rural da época: a casa-grande, a capela e a fábrica. Esse triângulo interligava os três poderes: o político, o religioso e o econômico.

No que foi observado na configuração espacial, e localização das estruturas pesquisadas, nada sinaliza, serem as mesmas, ruínas remanescentes de uma possível moita. Em um raio de duzentos metros no entorno das estruturas, foram feitas sondagens, como também, abertas trincheiras para averiguação de possíveis vestígios estruturais de uma fábrica ou de outra estrutura relacionada ao fabrico do açúcar, entretanto, nada foi encontrado.

Um dado importante a ser registrado, foram os vestígios materiais encontrados na sondagem, os quais, levaram a identificar atividades domésticas, ligadas ao cotidiano de uma casa, e não uma moita, unidade produtora de açúcar (Anexo 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentou-se ao longo deste trabalho, identificar a função das estruturas encontradas no Sítio Maranguape, com a finalidade de responder a hipótese de que o Engenho Maranguape não era um engenho produtor de açúcar, mas uma propriedade rural com outras atividades produtivas.

Como o interesse desse estudo esteve voltado para afirmar ou não se as estruturas faziam parte de uma moita, buscou-se, na historiografia, na iconografia de Post, e na pesquisa arqueológica, averiguar os dados que levassem a concluir a função dessas estruturas dentro do contexto espacial do Sítio Maranguape. Para isso, deu-se ênfase à análise da configuração espacial dessas estruturas, em relação à topografia, aos materiais construtivos e o dimensionamento; fatores primordiais na caracterização de uma moita ou de uma casa-grande dentro do contexto de um engenho de açúcar colonial.

De acordo com os dados históricos e com a iconografia holandesa do século XVII, a configuração espacial dos principais edifícios de um engenho apresentava uma característica constante, de modo que, situada na parte mais elevada do terreno estavam a casa-grande e a capela que ficava à direita da casa-grande, quando construída no mesmo nível topográfico, ou mais atrás ou acima, quando construída em nível topográfico diferente, configurando, assim, os poderes ideológicos da sociedade açucareira. A Fábrica ou moita, era implantada nas proximidades da casa-grande, em nível topográfico mais baixo, próximas de cursos de água (ver item 1.3 do Primeiro capítulo). Entretanto, no Sítio Maranguape, as estruturas encontradas, estão localizadas no ponto mais elevado do terreno, o que não se enquadra nos padrões característicos de implantação das moitas dos engenhos coloniais.

Sobre as construções dos principais edifícios de um engenho, através da historiografia e da iconografia do período de Nassau, sabe-se que eram simples. As casas-grandes de pau-a-pique e capelas relativamente modestas. No caso do Engenho Maranguape, a capela apresenta apuro construtivo e arquitetônico. O principal edifício do complexo açucareiro, a fábrica, apresentava esmero construtivo, sendo muitas delas construídas de pedra ou tijolos maciços, o que demonstrava ser o rendimento da produção do açúcar o objetivo

principal dos engenhos. Na área do Sítio Maranguape, onde possivelmente, deveria existir a moita (na área plana do terreno), nenhuma estrutura foi encontrada que caracterizasse o edifício onde se produzia o açúcar. As estruturas identificadas no Sítio, como nos referimos anteriormente, estão implantadas no nível topográfico mais elevado do terreno, a sua configuração espacial, o seu dimensionamento aproximadamente de 12,00m x 30,00m, os vestígios materiais encontrados, configura essas estruturas, como pertencentes a uma casa que não seria necessariamente a casa-grande de um engenho. (ver item 4.3 do Quarto capítulo)

Desta forma, todos os parâmetros comparativos utilizados para identificar essa área como um “engenho”, nos leva a questionar essa terminologia. Todos os elementos existentes analisados configuram essa área como uma propriedade rural. Talvez, a origem do seu nome como engenho se deva ao fato de ser uma unidade “complementar” de outros engenhos registrados na área como os engenhos Jaguaribe, Inhamã, Paratibe de Cima e Paratibe de Baixo, entre outros. Assim, apenas com a expansão das pesquisas arqueológicas na área, podemos melhor compreender esses fatos, já que, na historiografia encontramos poucos dados.

Diante do exposto, algumas questões ficam em aberto sobre o Sítio Maranguape, deixando indagações para uma escavação mais aprofundada e subsídios para outros estudos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos. **Jesuítas em Olinda: Igreja de Nossa Senhora da Graça, Herança e Testemunho**. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 1995.

ALBUQUERQUE, Marcos, LUCENA, Veleda. **Arraial do Bom Jesus: Consolidando um processo, iniciando um futuro**, 1º ed.. Recife: Ed. Graftorre Ltda, 1997.

ALMOÊDO, Virginia de. Palavra de Rei... **Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ANDRADE, M.C. **Área do Sistema Canavieiro**. SUDENE-PSUSRE, Recife, 1988.

ANDREONI, João Antonio. **Cultura e opulência do Brasil**. Introdução de Alice Canabrava; 2º edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas**. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1965.

AZEVEDO, Esterzilda B. **Arquitetura do Açúcar**. São Paulo: Nobel, 1990.

AZEVEDO, Fernando de. **Canaviais e Engenhos na vida Política do Brasil**. Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1948.

BAHN, Paul; Renfrew, Colin. **Arqueologia: teorias, métodos y prática**. Madri: Ediciones Akatral, 1991.

BERTALANFY, Ludwing Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1973.

CALLI, Plácido. Sítio Arqueológico **Engenho Pacuíba I. Ilhabela** – São Paulo. Asseart Editora Ltda, 2003.

CANDARELLI, Solange B. **Arqueologia do Valle do Paraíba Paulista: São Paulo – 070 Rodovia Carvalho Pinto**. Instituto de Pesquisas em Arqueologia IPARQ, Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, 2003.

CASCUDO Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio. 1956

CASTRO, Antônio de Barros. **Escravos e Senhores nos Engenhos do Brasil**. Campinas, 1976. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CORDEIRO, José Pedro de Leite. **Engenho de São Jorge dos Erasmos**. São Paulo: Gráfica Bentivegna, 1949.

CORONA & LEMOS. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo, Edent, 1972.

COSTA PORTO, José da. **Estudo do Sistema Sesmarial**. Recife, Imprensa Universitária, 1965.

FERNANDES, Hamilton. **Açúcar e Álcool, ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e Álcool, 1971.

FONTES, Virginia. **História e Modelos**. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion.

FURTADO Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

GALVÃO, Tácito Cordeiro, GOMES, Rosangela Oliveira. **O Processo da Formação do Município do Paulista**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil da FUNESO, 2001.

GAMA, José Bernardo Fernandes. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Recife: Universitária, 1978.

GAMA, Ruy. **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

GOMES, Geraldo. **Engenho & Arquitetura**. 2ª edição revista – Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria. **Novo Orbe Seráfico Brasileiro ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil**, Recife: Gráfica Star, 1979, 2 v.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

LIPPMANN, Edmund Von. **História do Açúcar**. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1941.

LIVRO DE TOMBO DO MOSTERO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, Vol. XLI, 1948.

MARANHÃO, Paulo Frederico Lobo. **Cana-de-açúcar e Engenho Bangüê Colonial**. Recife: Comunigraf. 2003.

MARCGRAVE, Jorge. **História Natural do Brasil (1848)**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1942.

MELO FREIRE, Pascoal José de. **Instituições do Direito Civil Português - tanto público como particular**, livro II, In: Boletim do Ministério da Justiça nº 163, Fevereiro, 1967.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos Flamengos. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil**. 3. edição aumentada, Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, Instituto Nacional do Livro, 1987.

_____. **João Fernandes Vieira Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. Universitária do Recife, Recife, 1956.

_____. **O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641 – 1649**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

_____. **João Fernandes Vieira Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco**. 1º. ed. Portuguesa, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

_____. **Fontes para a História do Brasil Holandês. I – A Economia Açucareira: Pró-Memória**, 1981.

_____. **Tempo dos Flamengos**, 3 ed. Aum. – Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MELLO, Mário. **Toponymia Pernambucana**. Recife: Imprensa Oficial, 1931.

MERÊA, Paulo. **A Solução Tradicional da Colonização do Brasil**. In: História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol. III, Porto, Litografia Nacional, 1924.

ORSER, Charles E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Tradução: Pedro Paulo Abreu Funai. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

OLIVEIRA LIMA. **Pernambuco e seu Desenvolvimento Histórico**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Secretaria de Educação e Cultura, 1975.

PEREIRA DA COSTA. Francisco Augusto. **Anais Pernambucanos**, FUNDARPE 10 Vol., Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Trad. Leônidas Hegenberg e Octanny S. da Mota. Ed. Cultrix. São Paulo, 1993.

REGIMENTO de 17 de Dezembro de 1548 do Governador Geral do Brasil (regimento de Tomé de Sousa). In: Documentos para a História do Açúcar. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1954, vol. I.

SAIA, Luis. **Residências Rurais no Brasil Colônia**. São Paulo: 1958. Tese de Livredocência.

SANTOS, Shirley M. **Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: Uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História - UFPE, Recife, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1937.

SLUITER, Engel. **Os Holandeses no Brasil antes de 1621**. Revista do Instituto Arqueológico, História e Geográfico de Pernambuco, vol. 46, 1967.

SMITH, Robert Chester. **“Arquitetura Civil no período colonial”**. In: Arquitetura Civil I. São Paulo, FAU-USP e MEC-SPHAN, 1975.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Nacional, 1971.

SOUTH, Stanley. **Method and Theory in Historical Archeology**. Nova Iorque: Academic Press, 1977.

TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, págs.355-375.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Editora Completa, São Paulo, 1992.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Salvador, editora Itapuã, 1969.

VAUTHIER, L.L. **As Cartas de Vauthier**. Cadernos de Estudo nº 7. Rio Grande DO Sul: Universidade do Rio Grande do Sul: Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura, 1960.

_____. **Casas de Residência no Brasil**. FAUUSP/SPHAN. São Paulo: 1975.

FONTES

1.ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – LISBOA (Classificação do catálogo atual).

A.H.U., Pernambuco. Carta de D. João VI ao Mestre de Campo João Fernandes Vieira. Lisboa, 25 de junho de 1654.

2.DOCUMENTOS COM COTAS DEFINITIVAS

AHU. ACL_CU_015, Cx.11, d. 1095.

AHU. ACL_CU_015, Cx. 3-A, (papéis avulsos).

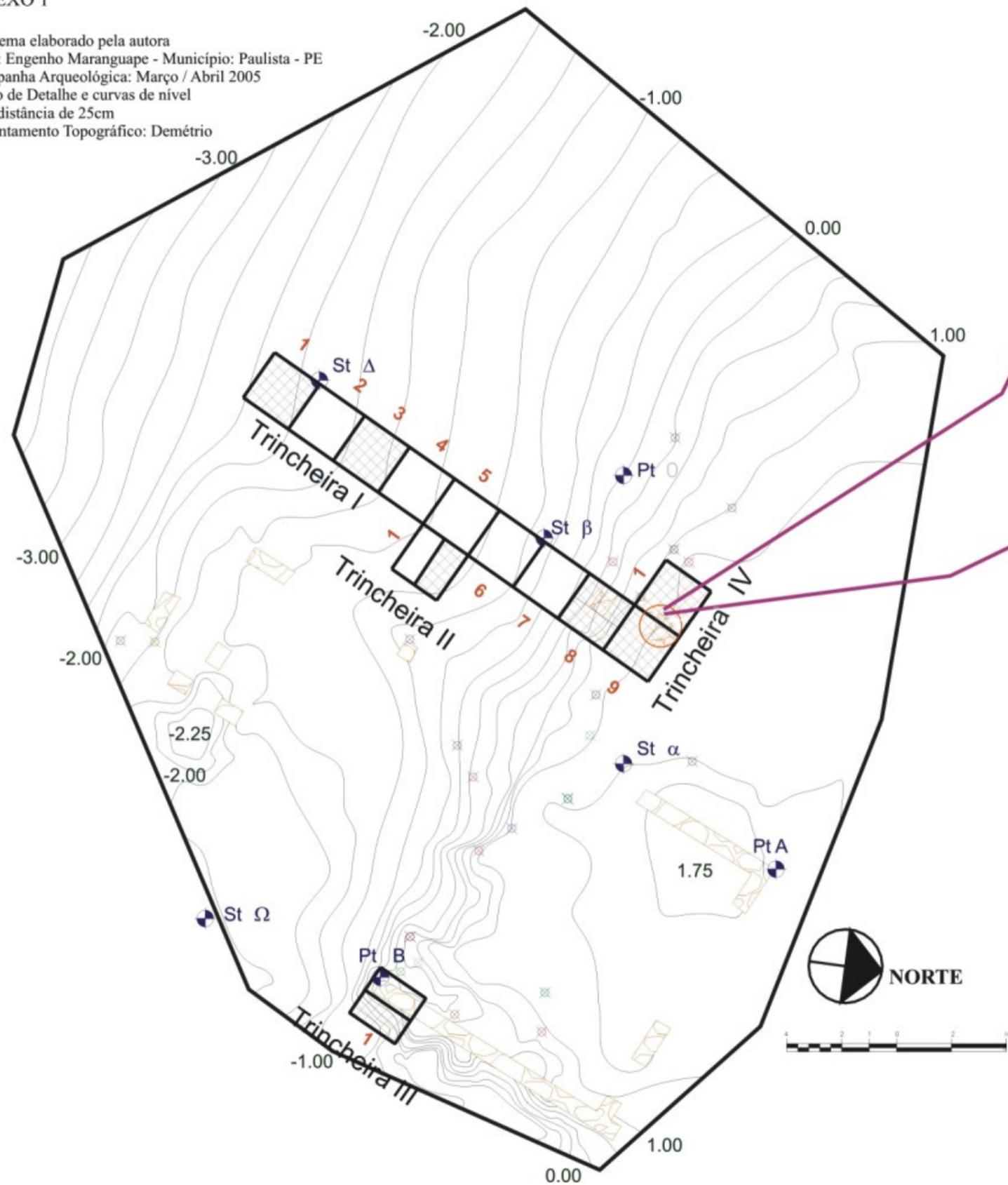
3. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO

A N.T.T.

A N. T. T., Chancelaria de D. João III, Livro 7, fl. 182v – 183. Évora, 6 de outubro de 1534.

ANEXO 1

Esquema elaborado pela autora
 Sítio: Engenho Maranguape - Município: Paulista - PE
 Campanha Arqueológica: Março / Abril 2005
 Plano de Detalhe e curvas de nível
 Equidistância de 25cm
 Levantamento Topográfico: Demétrio



Fonte: Cláudia Alves.



Fonte: Cláudia Alves.

LEGENDA

- Curvas de nível
- Estruturas em ruínas
- Trincheiras
- Áreas escavadas
- Estações
- Balim
- Metal
- Moeda
- Sementes
- Cerâmica
- Mat. Construtivos
- Grês
- Seixos
- Louça
- Malacológico
- Osso
- Vidro

ANEXO 2

Esquema elaborado pela autora
Sítio: Engenho Maranguape - Município: Paulista - PE
Campanha Arqueológica: Março / Abril 2005
Plano de Detalhe e curvas de nível
Equidistância de 25cm
Levantamento Topográfico: Demétrio



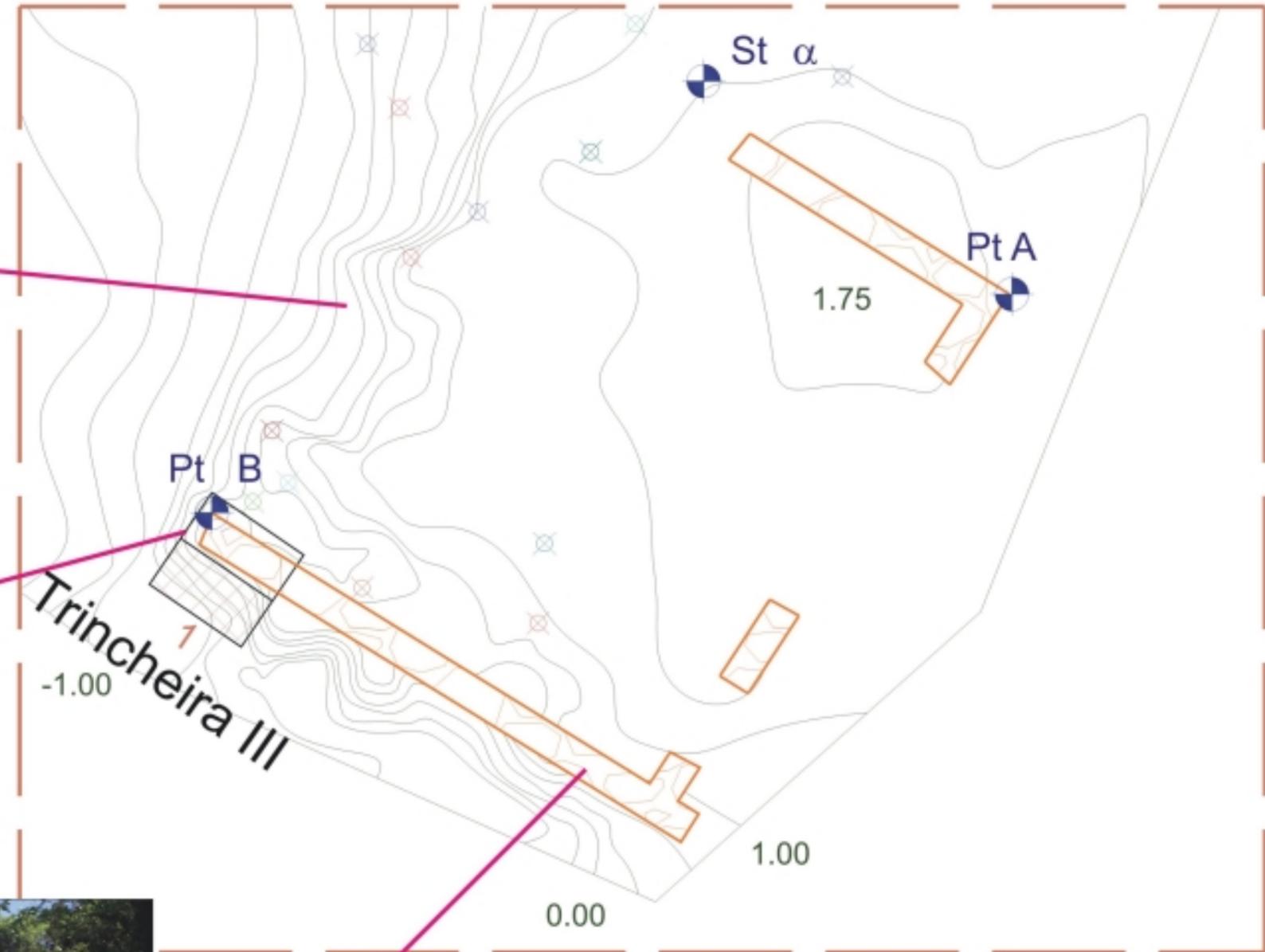
Fonte: Leandro Surya



Fonte: Cláudia Alves.



Fonte: Cláudia Alves.



ANEXO 3

ARTEFATOS

Figura 1
Alça e Asas



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 2
Bordas



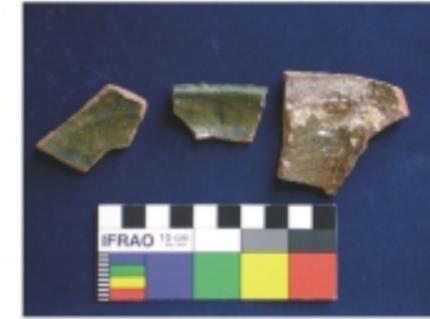
Fonte: Cláudia Alves.

Figura 3
Cerâmica amarela



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 4
Cerâmica verde



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 5
Telha



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 6
Tijolo



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 7
Tijolo



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 8
Vidros



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 9
Faiança fina (tipo 9)



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 10
Faiança fina (tipo 8)



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 11
Faiança fina (tipo 4.1)



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 12
Faiança tipo exportação



Fonte: Cláudia Alves.

ANEXO 4
ESTRUTURAS

Figura 1



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 2



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 3



Fonte: Leandro Surya

Figura 4



Fonte: Cláudia Alves

Figura 5



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 6



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 7



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 8



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 9



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 10



Fonte: Cláudia Alves.

Figura 11



Fonte: Cláudia Alves.

ANEXO 5

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL
DOS ENGENHOS COLONIAIS
SEGUNDO SHIRLEY M. DOS
SANTOS



ESQUEMAS ELABORADO PELA AUTORA.

ANEXO 6

Esquema elaborado pela autora
Sítio: Engenho Maranguape - Município: Paulista - PE
Campanha Arqueológica: Março / Abril 2005
Plano de Detalhe e curvas de nível
Equidistância de 25cm
Levantamento Topográfico: Demétrio

